

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SANDRA NOGUEIRA DA SILVA
TATIANA FERREIRA BISPO**

**O PERFIL DAS MULHERES BENEFICIARIAS DO PROGRAMA
RENDA CIDADÃ ATENDIDAS NO CRAS/PARQUE PARAÍSO
ITAPECERICA DA SERRA**

**SÃO PAULO
2009**

**SANDRA NOGUEIRA DA SILVA
TATIANA FERREIRA BISPO**

**O PERFIL DAS MULHERES BENEFICIARIAS DO PROGRAMA
RENDA CIDADÃ ATENDIDAS NO CRAS/PARQUE PARAÍSO
ITAPECERICA DA SERRA**

“Monografia apresentada para obtenção do título de bacharel em Serviço Social a faculdade Serviço Social da universidade Santo Amaro, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Selma Amaral”

**São Paulo
2009**

SANDRA NOGUEIRA DA SILVA
TATIANA FERREIRA BISPO

O PERFIL DAS MULHERES BENEFICIARIAS DO PROGRAMA RENDA CIDADÃ
ATENDIDAS NO CRAS/PARQUE PARAÍSO - ITAPECERICA DA SERRA

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço social ao
Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data de Aprovação ____/____/____.

Banca examinadora

Nome completo (orientação)
Titulação
Instituição

Nome completo (orientação)
Titulação
Instituição

CONCEITO FINAL: _____

Aos meus pais pelo amor com que me deram o presente da vida e por terem sido meus primeiros mestres e modelos. E aos docentes que contribuíram para minha formação acadêmica. E os amigos que tiveram paciência durante este processo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a realização deste trabalho inicialmente a minha força de vontade, que fez com que não desistisse da faculdade. Agradeço aos meus familiares pelo incentivo, além de todo apoio financeiro, suportou todos os momentos de tensão ocorridos durante e por conta da faculdade.

Agradecemos à nossa professora e orientadora Prof^a. Rita Carramenha com seu conhecimento contribuiu meu conhecimento profissional, agradecemos pela paciência, incentivo, colaboração, compreensão, mesmo não estamos presente no momento final da conclusão deste trabalho.

Agradeço a Professora e orientadora Selma Silveira Amaral por toda força e companheirismo e paciência mesmo tendo orientado na reta final do trabalho, porem sem a sua participação não seria possível a conclusão desse trabalho.

A minha amiga Tatiana Bispo para toda vida.

Sandra Nogueira da Silva

AGRADECIMENTO

Agradeço a realização deste trabalho inicialmente a minha força de vontade que fez com que eu continuasse até o fim, essa força de vontade atribuo a Deus que foi meu amigo fiel em todos o momentos da minha graduação. Aos meus pais Antonio Ferreira Neto e Ivaneide Bispo Ferreira que me incentivaram de todas as formas afetiva e financeiramente acreditando na minha capacidade. A minha amiga e companheira Sandra Nogueira pelo apoio, tensão, angustias e alegrias que passamos juntas. Ao meu amigo Marcelo que me deu muita força e incentivo me aconselhando sabiamente a não desistir, suportou todos os momentos de tensão ocorridos durante e por conta da faculdade. A minha amiga Daniela França pelos trabalhos e palavra amiga.

A minha professora Rita Carramenha que contribuiu muito para elevação dos meus conhecimentos, e a Prof^a Selma Silveira Amaral que deu toda atenção e apoio para conclusão deste trabalho.

Tatiana Bispo Ferreira

*“Tempo de recolhimento intelectual
Tempo de inventar/descobrir habilidades
Tempo de despertar interesses até então latentes
Tempo passado, tempo presente; tempo futuro
Tempo finito tempo infinito..., o tempo
Tempo da busca, da procura do conhecer
Tempo de perscrutar a realidade
Tempo de construir, desconstruindo o todo de forma organizada
Tempo de não escamotear as contradições e enfatizar as convergências
Tempo que é o tempo do Serviço Social no seu historicizar-se
Tempo em que constrói o seu ser e vir a ser
Tempo do enfrentamento aos desafios da pesquisa
Tempo de repensar a formação e prática profissional.”*

Aglair Alencar Setubal

RESUMO

Essa pesquisa tem como foco, traçar o perfil sócio econômico das beneficiárias do Programa Renda Cidadã atendidas no Centro de Referência da Assistência Social/CRAS/ Parque Paraíso, Município de Itapeçerica da Serra. Visando identificar vulnerabilidades sociais das mulheres das beneficiárias do Renda Cidadã. De acordo com a definição da Norma Operacional Básica e Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS a taxa de vulnerabilidade social indica a necessidade de oferta de serviços de proteção básica e os municípios são responsáveis em implantá-los em seu território - os CRAS de acordo com seu porte, número de habitantes e famílias referenciadas. Para o desenvolvimento deste trabalho é importante entender a definição bem como a dinâmica de alguns conceitos como: política social, política de assistência social, e as políticas destinadas ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, o papel das mulheres nos programa de transferência de renda. As mudanças societárias refletem direta e indiretamente sobre a estrutura familiar e sobre a sociedade. Mudanças essas que agravam as questões sociais bem como a situação de vulnerabilidade social dos indivíduos. Frente a essa realidade e mudanças societárias as Políticas Sociais precisam ser elaboradas a partir dessa população que requer programas específicos para suas necessidades. Por estas questões sistematizamos os dados contidos nas fichas sociais, utilizadas pelas Assistentes Sociais no atendimento social, para identificar o perfil das mulheres atendidas no CRAS Parque Paraíso, identificar qual é o grau de vulnerabilidade dessas mulheres, olhando não apenas a renda declarada para inclusão no programa de transferência de renda.

Palavra chave: Políticas públicas de Assistência Social, Programa de Transferência de Renda, gênero, família e trabalho.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Mapa com a localização de Itapecerica da Serra no Estado de São Paulo..... | 39 |
| Figura 2 – Mapa com índices de vulnerabilidade social no município de Itapecerica da Serra..... | 42 |
| Figura 3 – Gráfico da faixa etária porcentagem..... | 51 |
| Figura 4 – Gráfico da escolaridade das mulheres atendidas no CRAS/parque Paraíso..... | 52 |
| Figura 5 – Gráfica qualificação profissional..... | 54 |
| Figura 6 – Gráfico ausência de informações referente a ocupação..... | 55 |
| Figura 7 – Gráfico Renda familiar..... | 56 |
| Figura 8 – Gráfico Convive ou não com marido..... | 57 |
| Figura 9 – Gráfico Número de filhos..... | 58 |
| Figura 10 – Gráfico Número de membros no domicílio..... | 59 |
| Figura 11 – Gráfico Situação do situação do domicílio..... | 61 |
| Figura 12 – Gráfico Procura por outros benefícios de transferência de renda..... | 62 |
| Figura 13 – Gráfico procura por outras demandas..... | 62 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Marcos da política social brasileira..... | 25 |
| Tabela 2 – Geografia do município de Itapeçerica da Serra..... | 38 |
| Tabela 3 – Programas Assistência Social no município..... | 43 |
| Tabela 4 – Atividades desenvolvidas no CRAS/Parque Paraíso..... | 46 |
| Tabela 5 – Palestras socioeducativas..... | 47 |
| Tabela 6 – Curso de geração de renda..... | 47 |
| Tabela 7 – Rede social da região do Parque Paraíso..... | 48 |
| Tabela 8 – Faixa etária..... | 50 |
| Tabela 9 – Escolaridade..... | 51 |
| Tabela 10 – Qualificação profissional..... | 53 |
| Tabela 11 – Renda familiar..... | 55 |
| Tabela 12 – Estado civil..... | 57 |
| Tabela 13 – Composição familiar (Números de filhos)..... | 58 |
| Tabela 14 – Composição familiar (Números de membros no domicílio)..... | 59 |
| Tabela 15 – Situação do domicílio..... | 60 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 2 |
| CAPITULO I | |
| 1 POLÍTICA SOCIAL – WELFARE STATE..... | 17 |
| 1.1 ESTADO SOCIAL BRASILEIRO..... | 22 |
| 1.2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL..... | 25 |
| 1.3 MATRIACILIDADE SOCIOFAMILIAR..... | 29 |
| 1.4 MULHERES NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA..... | 32 |
| 1.5 GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO..... | 34 |
| CAPITULO II | |
| 2 MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA..... | 37 |
| 2.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL D ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA..... | 40 |
| 2.2 IMPLEMENTAÇÕES DOS CRAS EM ITAPECERICA DA SERRA..... | 44 |
| 2.3 O CRAS DO PARQUE PARAÍSO | 45 |
| CAPITULO III | |
| 3.1 PESQUISA DE CAMPO..... | 49 |
| 3.2 ANÁLISE DA PEQUISA DE CAMPO..... | 50 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 64 |
| PREPOSIÇÕES E POSSIBILIDADES..... | 67 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA..... | 69 |
| ANEXOS..... | 72 |

INTRODUÇÃO

O interesse em aprofundar o nosso conhecimento sobre o tema, o Perfil das beneficiárias do Programa Renda Cidadã surgiu no atendimento diário como estagiárias de Serviço Social no CRAS Parque Paraíso, devido à grande procura de mulheres que recorrem a esta unidade pública, em busca dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, Renda Cidadã, entre outros.

Aproveitamos a experiência vivida no campo da Assistência Social, revelou que a pobreza com suas múltiplas dimensões, afeta cada vez mais a população das regiões periféricas das cidades, e os serviços ofertados são insuficientes para atender estas demandas, deixando os territórios descobertos aumentando assim a situação de vulnerabilidade social de amplos segmentos da população.

Embora os riscos e contingências sociais afetem, ou possam afetar todos os cidadãos, as condições que caracterizam o padrão de vulnerabilidade social para enfrentá-la e superá-la são diferenciadas entres esses cidadãos, por decorrência de sua condição de vida e da ocorrência da cidadania precária, que lhe retira condições de enfrentamento a tais riscos com os próprios recursos. (SPOSATTI, 2008, p.15)¹.

Este trabalho visa identificar o Perfil das beneficiárias do Programa Renda Cidadã no CRAS/Centro de Referência da Assistência Social no Município de Itapeverica da Serra localizado na Grande São Paulo.

O Programa Renda Cidadã tem como objetivo a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, propiciando apoio financeiro temporário e ações com enfoque sócio educativo.

Identificamos por meio do atendimento diário, que são mulheres provedoras do sustento da família, que residem em uma região de grande vulnerabilidade social o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho. O CRAS/Parque Paraíso está inserido em uma região de alta vulnerabilidade social. Constatamos que os

¹ Curso de capacitação de gestores sociais modulo2. PUC/SP. 2008

profissionais do CRAS não produzem diagnóstico referente à demanda atendida conseqüentemente não efetivando os direitos dos usuários.

O município de Itapeçerica da Serra está localizado no sudoeste da grande São Paulo, na Serra de Paranapiacaba e caracteriza-se como um dos muitos municípios da região metropolitana que se pode identificar na categoria das cidades dormitório. A cidade está localizada em área de proteção de mananciais, fator este que restringe o desenvolvimento e implantação de serviços e melhorias que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população que ali reside.

O município de Itapeçerica da Serra se caracteriza pela falta de oportunidades de trabalho, com dificuldade de acesso ao centro cultural e econômico que é São Paulo. Concomitantemente o transporte público é de má qualidade e de alto custo. A falta de oportunidades culturais e de lazer constitui uma das principais características do município tornando inacessível o completo desenvolvimento das capacidades humanas dos cidadãos Itapeçericanos.

A falta de investimentos públicos e privados, assim como a ausência de planejamento urbano, e a indiferença política, a falta de acesso à metrópole agrava ainda mais a situação social daqueles que não têm as mesmas oportunidades.

Isto expõe a cidade de Itapeçerica da Serra, a ampliar os índices de vulnerabilidade social pela falta de planejamento urbano, habitacional e políticas sociais. Tal situação está sujeita boa parte dos brasileiros, sendo que as mulheres em maior desvantagem pela falta de oportunidades.

De acordo com a definição da Norma Operacional Básica e Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS a taxa de vulnerabilidade social indica a necessidade de oferta de serviços de proteção básica e os municípios são responsáveis em implantá-los em seu território - os CRAS de acordo com seu porte, número de habitantes e famílias referenciadas.

Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica²

² A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, projetos e benefícios de assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade social e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

de Assistência Social as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, sendo a porta de entrada dos usuários na rede de proteção básica Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

A taxa de vulnerabilidade social, definida na NOB-SUAS, é um importante indicador da necessidade de oferta de serviços de Proteção Básica. Cada município deve identificar os territórios de vulnerabilidade social e neles implantar um CRAS, de forma a aproximar os serviços dos usuários.

No município de Itapeçerica da Serra o CRAS está inserido na Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social, órgão gestor da política de assistência social, emprego e qualificação profissional no município.

O Conselho Nacional de Assistência Social em 2004 (CNAS) aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que define o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela organização e aplicação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em todos os 5.561 municípios brasileiros. Para proteger a família das situações de risco, o SUAS criou os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS³ são instalados conforme o número de habitantes por área nos municípios e são responsáveis pela oferta de serviços continuados de Proteção Social Básica.

O município de Itapeçerica da Serra de acordo com o senso do IBGE/2007⁴ tem uma população de 148.728 habitantes considerado um município de grande porte, possui quatro CRAS, que estão localizados nas regiões de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo: Parque Paraíso com 25.536 mil abrangendo 31 bairros com atendimento mensal de aproximadamente 4.000 famílias.

³ Pequeno Porte I – município de até 20.000 habitantes/5.000 famílias – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
Pequeno Porte II – município de 20.001 a 50.000 habitantes/de 5.000 a 10.000 famílias – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
Médio Porte – município de 50.001 a 100.000 habitantes/de 10.000 a 25.000 famílias – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Grande Porte - município de 100.001 a 900.000 habitantes/de 25.000 a 250.000 famílias – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Metrópole - município de mais de 900.000 habitantes/mais de 250.000 famílias – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

⁴ Disponível no site do IBGE Cidade@ no endereço:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Os motivos que justificam conhecer o perfil das mulheres beneficiária do Programa Renda Cidadã no CRAS Parque Paraíso, têm origem na própria concepção da Política de Assistência Social que estabelece a matricialidade sócio-familiar como princípio de ação o que podemos dizer que a família;

A família independente do formato e modelos que assume, é mediadora das relações entre sujeito e coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre poder público e o privado, bem como o gerador da modalidade comunitária da vida. (PNAS, 2004, p 35)

As transformações societárias contemporâneas sejam elas econômicas, sociais de hábitos e costumes da sociedade; trazem impacto às famílias brasileiras, que sofrendo modificações. Crescem os domicílios que tem a figura da mulher como provedora do sustento familiar. Entretanto, é possível identificar esta situação quando se trata de políticas sociais e programas de transferência, que tem como critérios de inclusão famílias que possuem crianças na escola, tendo a mulher como responsável em administrar o benefício.

Na medida em que há um reconhecimento da importância da família na vida social, merecedora da proteção do Estado, por outro lado é evidente o processo de penalização do núcleo familiar com responsabilização acima sua da capacidade de cuidado. (PNAS 2004, p. 37)

Com base nestas questões, fizemos a sistematização dos dados contidos nos prontuários, utilizada no atendimento pelas Assistentes Sociais para identificar o perfil das mulheres atendidas no CRAS Parque Paraíso, identificar qual é o grau de vulnerabilidade dessas mulheres, olhando não apenas a renda declarada para inclusão no programa de transferência de renda. Como afirma Sposatti, é fundamental para aqueles que trabalham com a proteção social, conhecer os riscos sociais:

Conhecer os riscos societários no quais os riscos sociais se assentam é seguramente matéria de conhecimento crítico daqueles que trabalham com proteção social. (SPOSATTI, 2008. p15)⁵.

⁵ Curso de capacitação de gestores sociais

No primeiro capítulo conceituamos a Política Social - Welfare State nos países centrais capitalistas e faremos panorama da trajetória histórica da Assistência Social no Brasil e o reconhecimento da Assistência Social como direito de cidadania.

No capítulo II, apresentamos uma breve trajetória histórica do Município de Itapeçerica da Serra, a implementação da Política Nacional de Assistência Social no Município, e como se desenvolve o serviço de Proteção Social Básica enfatizando as Mulheres Beneficiárias do Programa Renda Cidadã.

No capítulo III descrevemos a pesquisa de campo, adotamos a pesquisa documental para traçar o perfil das mulheres atendidas no CRAS. Também usamos fontes secundárias, advindas dos prontuários das mulheres atendidas no segundo semestre de 2008. Adotamos o método quanti-qualitativo, sendo selecionados 150 prontuários que representam 18.15 % de levantamento do material arquivado. Isso permite uma melhor contextualização do objeto investigado de modo a resgatar as perspectivas sociais, econômicas, que influenciam diretamente o fato/fenômeno estudado sem provocar algum tipo de alteração do comportamento dos sujeitos envolvidos. O método quantitativo permitiu o levantamento do material arquivado, enfatizando os indicadores numéricos e percentuais, traduzindo em informações para classificar e analisar. (GIL, 1999)

Os documentos constituem em uma fonte poderosa de informações, cujos conteúdos podem oferecer evidências que fundamentem afirmações e declaração do pesquisador. Não apenas uma fonte de informações contextualizada, mas sugerem num determinado contexto e fornecem informações sobre este mesmo contexto. (LUDKE, 1986, p, 39)

Estudamos o instrumental de trabalho da equipe técnica do CRAS/ Parque Paraíso, aplicado para coleta de dados, pois este deve ter uma função que vai além da simples anotação aleatória de dados.

Apresentamos e comentamos os procedimentos metodológicos presente na construção de todo o trabalho e o resultado.

CAPITULO I POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente capítulo trata da trajetória histórica Política Social o Welfare State e da Assistência Social no Brasil, trazendo um panorama geral sobre as políticas sociais e o reconhecimento da Assistência Social como direito de cidadania.

1 POLÍTICA SOCIAL – WELFARE STATE

A Assistência Social pensada como proteção social, nasce para dar resposta as demanda sociais decorrentes do processo de urbanização, desencadeado pelo desenvolvimento industrial e a ampliação do capitalismo na Europa; gerada por uma massa de trabalhadores que pressionaram o Estado por respostas às demandas sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, os trabalhadores desenvolveram varias formas de revolta contra a exploração, das individuais ate coletivas e organizadas: a delinqüência, destruição das maquinas, a organização sindical, greve, os movimentos sociais, os partidos operários trabalhistas, reformistas e socialistas. (SILVA, 1999, p.2).

Os trabalhadores se organizavam por meio dos movimentos operários (sindicatos e partidos políticos) reconhecendo-se como classe trabalhadora reivindicando melhores condições de trabalho e proteção social. A ação organizada dos trabalhadores, fez com que o Estado reconhecesse a necessidade de dar respostas às demandas sociais provenientes da questão social.

Nesse período a sociedade européia vive um dilema em face às diversas manifestações da questão social. Assumir que a pobreza e a riqueza são faces da mesma moeda, seus problemas sociais são relacionados a própria forma de organizar a sociedade, portanto, são decorrentes do padrão dominante de exploração das relações entre as classes sociais.

A questão social compreendida como conseqüência da divisão da sociedade que se configura através do antagonismo de classes na disputa da riqueza socialmente produzida, principalmente no que diz respeito ao seu usufruto. (YAZBECK, 2008).

As políticas econômicas liberais predominantes naquele momento, já não asseguravam o pleno desenvolvimento do processo econômico, as políticas do “laissez faire”⁶ que asseguravam os mecanismos de livre mercado, porém não davam conta do objetivo macro econômico de crescimento estável, abrindo espaço e campo para o debate sobre o papel do Estado nas economias capitalistas.

A primeira grande crise do capital teve início, com a depressão de 1929-1932, seguida dos efeitos da II Guerra Mundial, consolidando a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para o enfrentamento da questão social, sendo introduzidas grandes transformações nos campos: político-econômico do sistema capitalista.

Apos a II Guerra Mundial o pensamento keynesiano⁷ representou o que estava faltando para legitimar e organizar a nova política econômica. O novo Estado deveria ter como racionalizar a economia como um todo e orientá-la no sentido do Bem-Estar-Social.

Esta nova concepção opunha-se a racionalidade do livre mercado e a política de socialização radical, mas ainda defendia a propriedade privada.

O Keynesianismo ultrapassa o próprio espaço da política econômica, constitui-se com referencial inovador para organização do Estado e sociedade

⁶“Laissez faire, laissez passer significa literalmente “deixa fazer ou passar”. Filosofia econômica que surgiu no século XVIII, defendia a existência de mercado livre. Segundo Adam Smith um dos seus principais defensores, o comércio internacional sem imposto tem maiores benefícios. produção nacional face às importações de bens. Disponível: <http://educacao.uol.com.br/historia/iluminismo-3.jhtm>.

⁷ John Maynard Keynes (1883-1946), em seu clássico livro Teoria Geral do Emprego, do juro da moeda, publicado em 1936, expressando propostas de saída da profunda crise, defendeu a intervenção estatal na economia para reativar a produção. Rompeu com a dogmática liberal conservadora da época, colocando em questão o conceito de equilíbrio econômico, pelo qual a economia capitalista é auto regulável. Referia a uma maior intervenção do Estado para gerar a demanda efetiva e estabelecer o equilíbrio econômico por meio de uma política fiscal. Para Keynes, o Estado deve intervir para que haja consumo/lucro, mesmo que isto custe assumir dívidas públicas. Em momentos de crise o Estado passa a ter um papel ativo na produção e regulação das relações econômicas e sociais, tendo como perspectiva um programa fundado no pleno emprego e maior igualdade social, o que não significa o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Disponível: <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u462.jhtm>

capitalista. É importante ressaltar a extensão e os limites desse Estado Keynesiano que ira se consolidar no pós-guerra.

As modificações impostas não se limitaram a transformação na estrutura econômica, mas abriram espaço para mudanças profundas no conjunto das relações sociais.

Segundo Behring e Boschetti (2007), o keynesianismo e o fordismo⁸ associados, constituíram os pilares do processo de acumulação acelerada, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros e alto grau de internacionalização do capital.

Este modo de acumulação, que unia o keynesianismo ao fordismo, impulsionou um padrão de produção em massa voltada para o consumo, articulado à intensiva ação estatal para alavancar a economia capitalista. Através de ações voltadas para a área de infra-estrutura, políticas fiscal, monetária, salarial e, por fim, políticas sociais, que proporcionaram salários indiretos à classe trabalhadora, liberando parte de seus salários para a realização do consumo em massa.

O fundamento da base do Estado do Bem Estar Social é o tripé fundamental – Estado/Capital/Trabalho. Esta configuração inaugura novas formas de enfrentamento e lutas entre as classes sociais. Esta nova combinação entre capitalismo e democracia inaugurou o compromisso entre capital e trabalho. Por meio desse compromisso a classe dominante reconhece o direito de negociar com a classe trabalhadora, por outro lado os trabalhadores concordavam com uma serie de vantagens que se convertiam em direitos, seguridade, garantia de satisfações e a estabilidade econômica.

Para ambas as classes foi difícil abrir mão de seus ideais, porém ambas tinham perdido com a II Guerra Mundial e tentavam recuperar o mundo capitalista em ruínas.

⁸ Idealizado pelo empresário Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor no EUA Company, o Fordismo é um modelo de Produção em massa que revolucionou a indústria automobilística na primeira metade do século XX. Ford utilizou à risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época. Suas fábricas eram totalmente verticalizadas. Ele possuía desde a fábrica de vidros, a plantação de seringueiras, até a siderúrgica. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fordismo>

O enfrentamento da questão social impôs a ordem vigente que tivesse a intervenção do Estado, organizando um conjunto de legislações, programas sociais, projetos e serviços.

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945 consolidaram-se mudanças significativas no mundo capital, quando o capitalismo entra na sua fase madura. Os primeiros 30 anos, período considerado “anos de ouro” foram marcados por uma forte expansão, altas taxas de lucro, ganhos de produtividade para as empresas e políticas sociais para os trabalhadores.

O Estado a partir de um novo conceito interferiu em todos os aspectos da vida econômica e social, partindo de uma concepção voltada para o modelo de crescimento econômico, pleno emprego e distribuição e renda, que daria um novo suporte a um compromisso entre as classes. Consolidando no pós-guerra o apogeu sem precedentes nas economias capitalistas desenvolvidas.

Podemos afirmar, portanto, que tanto para as classes dominantes como para a classe trabalhadora, o compromisso significou uma grande barganha, pois o lucro gerado sob a tutela do Welfare State e da acumulação fordista-keynesiana se revertia também na realização dos interesses imediatos da coletividade dos trabalhadores. O que significa afirmar, por sua vez, que o capitalismo estava atento aos interesses não só dos que detinham posição de comando, mas também dos que se encontravam na condição comandada. (BIHR, 1999 apud DIAS, 2008)

Para fazer valer o reconhecimento dos interesses da classe trabalhadora formou-se um arranjo de negociação triangular em que o Estado se tornou o mediador entre os representantes da burguesia e classe trabalhadora..., Welfare State acabava por formar uma esfera pública onde as partes (a amplitude dos capitalistas e dos trabalhadores) reconheciam, através da negociação mediada e garantida pelo Estado, seus interesses divergentes, portanto, a existência do “outro”. (OLIVEIRA, 1998)

As alianças entre classes, partidos de direita e de esquerda asseguraram acordos e compromissos que permitiam a aprovação de diversas legislações sociais e a expansão do Welfare State. Esse “consenso” possibilitou o estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania.

Esse “consenso”, materializado pela assunção ao poder de partidos social-democrata, institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de amplo sistema e de comprometimento estatal com crescimento econômico e pleno emprego... (PIERSON, apud BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.92)

Welfare State, Estado de Bem-Estar social ou Estado-Providência são expressões utilizadas para designar formas determinadas e específicas de regulação estatal na área social e econômica em cada nação. Esta forma de organização político-social se desenvolveu ainda mais com a ampliação do conceito de cidadania, com a hegemonia dos governos social-democrata e, seguindo das correntes euro-comunista, com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis à existência de qualquer cidadão.

Pelos princípios do Estado de Bem-Estar Social, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido seja diretamente através do Estado ou indiretamente. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos etc.

O padrão fordista-keynesiano manteve-se até o final dos anos 1960, ao deparar-se com um esgotamento dos mercados capitalista principalmente na Europa e Japão. A década de 1970 marca o aparecimento de nova crise capitalista e é preciso realizar um reordenamento societário global. A partir deste período temos o desenvolvimento de processos de reestruturação produtiva, a mundialização do capital financeiro e o avanço da ideologia neoliberal por todo o globo. O Estado, mais uma vez, é o sujeito principal que irá transferir recursos, antes voltados para o provimento de políticas sociais, para os interesses do capital, sobretudo o financeiro. Irá, ainda, desregulamentar a legislação trabalhista e social, abrir mercados, e proporcionar as leis necessárias para o processo global de reação burguesa à crise capitalista, o que afetará a classe trabalhadora em suas condições de vida e trabalho e em suas formas tradicionais de organização. A partir daquele período até o momento atual, o desemprego e a precarização do trabalho tornam-se ameaça constante na vida dos trabalhadores (ANTUNES. 1995).

No final dos anos 70 e início dos anos 80, ocorre uma verdadeira onda conservadora (OLIVEIRA, 1995) com as vitórias de Thatcher (1979), na Inglaterra, Reagan (1980), nos Estados Unidos, e Kohl (1982), na Alemanha. Estes governos conservadores adaptaram e colocaram em prática as idéias neoliberais até então restritas à academia. As políticas governamentais implementadas estavam baseadas na desregulamentação, na privatização e na abertura comercial.

Esta consagrada vitória neoliberal em vários países logo alcançará o seu apogeu no final da década de 80, com a crise das sociedades socialistas do Leste Europeu, crise esta intensificada pela queda do muro de Berlim em 1989.

A partir do final da década de 80 e particularmente início dos anos 90, há um debate intenso a respeito do novo papel do Estado nas sociedades contemporâneas e mais especificamente, do papel do Estado no Brasil. É precisamente na década de 90 no país que o neoliberalismo consolidará a sua hegemonia teórica e política. O pensamento político dominante, então, passará a defender mais intensamente o papel do Estado mínimo.

1.1 O ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

O processo supra-referido ocorreu de diversas formas nos diferentes países capitalistas. No Brasil um país capitalista periférico, entramos no mundo industrial somente a partir da década de 1930. O Estado foi o impulsionador pelo contexto ideológico nacional-desenvolvimentista. Com políticas econômicas voltadas para a indústria na nascente zona urbana e o poder do latifúndio no campo.

O padrão brasileiro de políticas sociais segundo Santos (1987) baseou-se na “cidadania regulada”: isto é, tinham acesso à proteção social somente aqueles que detivessem a carteira de trabalho, com profissão e sindicato reconhecidos pelo Estado Vargas. Aqueles que não detinham a carteira de trabalho e/ou questionassem a ordem vigente eram tratados com violenta repressão estatal. Este padrão de política social, subjugada à política econômica, atravessou o governo e a ditadura Vargas (1930/1945), o período populista (1946/1963), a longa ditadura

militar (1964/1984) e só foi modificado com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

O empobrecimento da população é novamente suavizado pelas ações assistenciais e pela criação de grandes organismos nacionais de política social. Por esta razão muitos autores recusam a idéia de que exista ou tenha existido no Brasil um Estado de Bem-Estar Social considerando as políticas de Seguridade Social focalizadas e descontínuas não são em nada similares em cobertura e natureza aos processos que ocorreram na Europa (GOMES, 2006).

No Brasil com o fim da ditadura militar, a década de 1980 é marcada por uma forte mobilização popular devido à organização política da classe trabalhadora. Esse processo de democratização aconteceu com a aprovação da Constituição Federal de 1988 que pela primeira vez na História assegurou inúmeros direitos sociais, sendo a Saúde um direito universal, a Assistência Social como política pública não contributiva “direito de cidadão e dever do Estado”. Cabe ressaltar que esta Constituição foi marcada pela disputa entre as classes sociais em torno da abrangência e da garantia dos direitos sociais (BOSCHETTI, 2006). As medidas estabelecidas na Constituição Federal de 88 foram fortemente criticadas pela classe dominante, pois representava medidas que iam além dos seus interesses.

Apesar do avanço político com o retorno à democracia e do aumento da participação popular, no final da década de 80 as políticas sociais ficaram estagnadas e retraíram. O resgate da “dívida social” não passou de um discurso frente ao avanço das medidas de ajuste macroeconômico e a desativação das estruturas públicas no campo social desarticulou serviços e deu espaço ao retorno das ações assistencialistas e clientelísticas.

A desarticulação entre os diferentes níveis do governo nesta fase tornou confusas as ações de assistência social. Até mesmo entre órgãos do mesmo governo prevalecia a irracionalidade administrativa com a superposição de programas e projetos. Essa descoordenação provocava o desperdício de recursos públicos, principalmente aqueles destinados ao financiamento de serviços assistenciais prestados pela rede de entidades sociais não-governamentais.

O marco importante em termos legais se deu com a Constituição Federal de 1988 quando a Assistência Social ganhou o estatuto de política social compondo o tripé da Seguridade Social com a política de Saúde e a Previdência Social. Entretanto, as mudanças legais não se objetivam imediatamente, pois encontram estruturas e culturas moldadas pela forma de atuação fragmentada, pela resistência, explícita ou implícita no conservadorismo político e dos agentes sociais públicos ou privados e pelo despreparo dos funcionários.

A partir da Constituição de 88 ocorreram outras regulamentações como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Mais recentemente a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e da NOB - Norma Operacional Básica da Assistência Social, conferem um novo status e um desafio maior à política pública de Assistência Social.

No início da década de 90, os governos adotaram medidas que expressam clara sintonia em torno do ideário neoliberal. Redução do Estado pelas privatizações, abertura da economia para o mercado internacional, estabilidade da moeda com a reforma monetária e fiscal.

Profundas transformações ocorrem no âmbito das relações de trabalho: transição do modelo fordista para a acumulação flexível, agravamento das condições de acesso e inserção no mercado de trabalho altamente seletivo e excludente, caracterizado por uma alta tecnologia poupadora de mão de obra, contratos de trabalho individuais com desarticulação dos mecanismos coletivos de negociação, terceirização, redução da oferta de emprego, pressão do empresariado para redução dos benefícios e serviços sociais com pretexto de gerar novos empregos. A tabela a seguir traz o marcos da política social no Brasil:

Tabela1- Marcos da política social brasileira

| Marcos da Política Social brasileira | |
|---|---|
| 1891 - proibições ao trabalho de menores de 12 anos | 1971- Diretrizes e Bases da Educação |
| 1907- Reconhecimentos dos sindicatos | 1973- Estatutos do Trabalhador Rural |
| 1911 - Dep. Est. Do Trabalho em SP | 1973 – Estatuto do Trabalhador Rural |
| 1919 - Leis dos acidentes do Trabalho | 1974 - Criação do MPAS |
| 1923 – Criação do Cons.Nac do Trabalho | 1975- FUNRURAL |
| 1925 - Lei das Férias Remunerada | 1979-Dec.Lei1910Previdência aumentos da alíquotas |
| 1931- Criação do Min. Do Trabalho | 1980- Sucessão de decretos sobre o Reajuste Salariais |
| 1937- Proibições de greves e <i>lock-outs</i> | 1985-Emenda J. Calmon: verbas para a educação |
| 1937 - Seguro contra a velhice, invalidez e acidentes de trabalho | 1985-Fundação Educar Substitui Mobral |
| 1940 - Instituição do salário mínimo | 1986-Criação do seguro-desemprego |
| 1943- CLT | 1986-Extinção do BNH |
| 1945- Criação do SESI, SESC, LBA | 1986- “Pacote” do Menor |
| 1960 - Lei Orgânica da Previdência | 1988 - Nova Constituição Federal |
| 1964 – Criação do BNH | 1990-ECA |
| 1967- Criação do INPS | 1991- Lei Orgânica da Saude |
| 1967- Criação do FGTS | 1993- LOAS |
| 1967-Acidentes de Trabalho são ações integradas aos seguros sociais | 1996-LDB |
| 1968 - Reforma do Ensino Superior | 1998 - Reforma da Previdência Social |

(Silva, Ademir Alves, 1999. p.6– in Curso de capacitação social- módulo 2)

1.2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A incorporação da Assistência Social como política social pública é muito recente na história brasileira, apesar de vir sendo tratada no interior das outras políticas sociais desde a década de 30, é apenas no final dos anos 80, com a promulgação da nova Carta Constitucional, é que a mesma ganhou estatuto de

política, O Artigo 194, a integra à Seguridade Social, ou seja, passa a ser assumida como uma responsabilidade do Estado e materializa-se juridicamente como um direito social que, conforme o Artigo 203, “*será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social*”.

A Assistência Social é uma política de proteção social não contributiva que visa garantir direitos sociais aos cidadãos que dela necessitam como afirma Yazbec;

(...) a Política Social permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida social, econômico, cultural, político, ambiental, entre outro. E nesse sentido que a política pública devem estar voltadas para realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. (YAZBEC, 2008, p.9,10)

A inserção da política de Assistência Social na matriz da Seguridade Social em sintonia com a Saúde e a Previdência Social, aponta seu caráter de política de proteção social que se traduz em garantia de seguranças sociais e a segurança de sobrevivência (com autonomia e renda); acolhida e convívio familiar e social. (PNAS, 2004)

A Política de Assistência Social tem como objetivo proteger a família, a gestante, a criança e o adolescente, as pessoas com deficiência, os idosos (LOAS, cap. 1, art.2º), e as pessoas em situação de vulnerabilidade social⁹. O público usuário da Política de Assistência Social é, de preferência, composto por pessoas que estão fora do sistema de segurança social obtidos pela via do trabalho, do usufruto das políticas públicas (saúde, educação, cultura, habitação, saneamento, esporte, etc.) e da inserção em sociabilidade sócio-familiares.

Apesar de ser um direito que independe de contribuição, ele é financiada por toda a sociedade, de forma direta ou indireta, visto que uma das fontes é o Tesouro Nacional, com recursos provenientes das três esferas de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Evidentemente que compõem também tais recursos os impostos embutidos nos transportes, vestuários, alimentos, dentre outras. Nesse

⁹ Por vulnerabilidade entende-se a condição ‘desfavorável’ dada. (“...”) O que a identifica são processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural” (Política Nacional de Assistência Social, 2004: 6).

sentido, o cidadão assistido pela Política de Assistência Social também contribui para o seu financiamento.

A assistência social opera serviços de proteção para aqueles que se encontram excluídos das políticas sociais, das oportunidades de acesso ao trabalho e renda, a bens e serviços produzidos pela sociedade e, ainda, das formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária (Política Nacional de Assistência Social, 2004).

Os usuários da Assistência Social constituem hoje um grupo misto de famílias ou pessoas empobrecidas, em crise de sobrevivência, vivendo sem renda ou com recursos insuficientes, em situação precária de moradia, crianças e adolescentes em risco social e pessoal, moradores de rua, pessoas portadoras de deficiência sem apoio familiar e vítimas de conjunturas ou eventos que comprometem a sobrevivência digna.

O parágrafo único do artigo 2º. da LOAS assim expressa

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

A partir da Constituição de 88, a Assistência Social se constitui como política social pública, sendo regulamentada pela LOAS em 1993, e adquire um caráter de direito dos cidadãos, da universalização dos acessos e responsabilidade estatal (YAZBEC, 2007).

A LOAS significou uma evolução para o campo da Assistência Social, com a divisão da responsabilidade entre os três entes federados, com a proposta de romper com as ações pulverizadas e fragmentadas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é a expressão material do artigo constitucional, que garante o direito de Assistência Social, a todos que dela necessitarem. Em consonância com o Art. 1º da LOAS, trata-se de uma *“Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais e é realizada*

através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Lei No. 8.742, In, CRESS 7ª RA).

Esses avanços tiveram maior ênfase com a Política Nacional de Assistência Social –PNAS/2004, aprovada na IV Conferência da Assistência Social, realizada em dezembro de 2003 em Brasília, e teve como deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS.

Assim a Assistência Social se configura como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, cabendo a estes a universalização da cobertura das garantias de direitos e acessos para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (YAZBEC, 2008, p1.)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste na organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, a hierarquização dos serviços por níveis de complexidade e porte do município. Tem como eixo estruturante; a matricialidade sócio-familiar; a descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil: financiamento; controle social, o desafio da participação popular na política.

O SUAS prevê a organização da assistência em dois níveis de proteção: Proteção social básica e Proteção especial de média e alta complexidade.

Entende-se por proteção social de Assistência Social um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das variações sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana, à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (PNAS, 2004)

A proteção social básica tem por objetivo prevenir a violação dos direitos, enquanto que a proteção especial atua quando os direitos já foram violados. Ambos os níveis de proteção têm nas suas ações centralidade na família. O nosso campo de pesquisa, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS está inserido na proteção social básica, sendo considerada “a porta de entrada” para o SUAS. O CRAS é uma nova estrutura dentro da gestão da política de Assistência Social, e também é um recente espaço de intervenção do Assistente Social.

O CRAS é um órgão público estatal considerado o principal instrumento da Proteção Social Básica, neste espaço é oferecido serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica relativo às seguranças de rendimento ou autonomia; acolhida; convívio ou vivência familiar e comunitária. A prioridade desses serviços é o atendimento a família, mesmo que esses programas e benefícios sócio-assistenciais não sejam prestados diretamente no CRAS, este mantém a referência para os devidos encaminhamentos. (PNAS, 2004)

O CRAS deve se localizar nas áreas de maior vulnerabilidade social, próximo aos possíveis usuários dos serviços. Dessa forma, os municípios devem identificar os locais de maior risco social e neles implantar um CRAS, com isso procura-se romper com as ações que são feitas de cima para baixo, pois as demandas existentes no território devem ser identificadas e levadas em conta no momento do planejamento das ações.

A vigilância socioassistencial consiste na organização e no investimento dos órgãos públicos no desenvolvimento da capacidade de gestão assumidos pelo órgão público gestor para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável.

Essas instâncias devem produzir e sistematizar informações, construir indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social; produzir informações, identificando pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência, vitimizações, ameaças, exploração e abandono.

1.3 MATRICIALIDADE SOCIO-FAMILIAR E TERRITORILIZAÇÃO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O movimento em torno da construção da Política de Assistência Social como política pública objetivou romper de forma definitiva, com a organização fragmentada, focalista, desarticulada, de cobertura frágil e baixo impacto social, que

persistia na prática. A partir da Constituição Federal de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, esta realidade começa a ser repensada.

A Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo incorporar as demandas da sociedade brasileira no que diz respeito à responsabilidade política, tornando claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Dessa forma, prioriza-se a realidade da família e da comunidade em que está inserida. A atuação confirma-se para além das demandas setoriais e segmentadas, as especificidades de cada área geográfica são mais do que consideradas no manejo da própria política, no sentido de enfatizar as desigualdades sócio-territoriais na sua configuração. Respeitam-se a diversidade das regiões, decorrentes das características culturais, socioeconômicas e de políticas em cada esfera de gestão (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

Os eixos estruturantes de gestão do SUAS estão assim definidos (PNAS, 2004):

- Precedência da gestão pública da política,
- Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários,
- Matricialidade sociofamiliar,
- Territorialização,
- Descentralização político-administrativa,
- Financiamento partilhado entre os entes federados,
- Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil,
- Valorização da presença do controle social,
- Participação popular/cidadão usuário,
- Qualificação de recursos humanos, informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados

Algumas mudanças previstas são paradigmáticas e representam uma atualização na abordagem social, como é o caso da territorialização e da matricialidade sociofamiliar. A perspectiva territorial objetiva a superação da fragmentação das ações e a aproximação, de fato, entre os serviços, os programas e a realidade social das áreas mais atingidas pelos agravos da pobreza em suas diversas dimensões. O princípio da territorialização da rede socioassistencial possibilita a oferta capilar de serviços e a identificação dos riscos a serem controlados e das potencialidades locais a serem desenvolvidas num território delimitado, pesquisado e conhecido pelos agentes sociais.

É importante ressaltar que foi a partir da IV Conferência Nacional da Assistência Social em 2003, que a centralidade na família aparece de forma mais relevante para a Assistência Social vindo a torna-se uma diretriz, sendo consagrada na Política Nacional de Assistência Social aprovada em 2004.

A política de Assistência Social se preocupa em proteger e cuidar da família através de suas ações. Esta política tem a tarefa de favorecer a emancipação de seus membros, dentro do princípio de universalidade, o qual se preocupa com a manutenção e a extensão de direitos, de acordo com as necessidades de cada família.

Os serviços de proteção social, voltados às famílias deverão ser prestados, preferencialmente, em equipamentos próprios dos municípios, como por exemplo, os Centros de Referência da Assistência Social/CRAS. Os serviços, programas, projetos de atenção aos membros das famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não-governamentais de assistência social, integrando a rede de proteção social.

Todos nós podemos falar de família, já que estamos nela inseridos. A família é repleta de significados afetivos, cognitivos, representações, opiniões. Falar de família é colocar em pauta nossa identidade. É o nosso espaço mais íntimo de existência.

1.4 MULHERES NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Algo que é marcante no Programa transferência de renda é a presença das mulheres.

Através de um levantamento feito pelo Ministério Desenvolvimento Social (MDS) em 2006 sobre o perfil das famílias que já recebem o benefício Bolsa Família¹⁰ foi constatado que 91% dos domicílios têm a mulher como representante legal. Até mesmo porque segundo a lei 10.836, “o titular do cartão de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar” (art.23º).

Essa situação deve ocorrer incondicionalmente se existir homem na família ou não. O benefício é assegurado à mulher como forma de garantir sua melhor utilização, já que como donas-de-casa são elas as responsáveis pelo cuidado e alimentação dos filhos. A ênfase do programa é na criança, mas o benefício é para a família. Esta regra foi implantada nos demais Programas de transferência de renda tanto federal ou estadual como o Renda Cidadã do governo do Estado de São Paulo.

O cartão de pagamento é intransferível, ou seja, estará no nome de uma única pessoa, o titular, e com um número fixo, o NIS (número de identificação social). Todo e qualquer problema ou ato relativo ao programa deve ser resolvido com o NIS. Pode ser realizada a troca do responsável legal em algumas situações, uma delas é em caso de óbito do titular, o procedimento é o seguinte, alguém da família deve levar a cópia da certidão de óbito à Prefeitura, esta enviará para a Caixa Econômica Federal e para o MDS, solicitando o pedido de troca. Se acontecer do titular abandonar o lar, o cônjuge que permanece na família se dirige a Prefeitura relatando o acontecido, a partir disso é feita uma visita domiciliar e então, o pedido da troca. Outra situação é que se a criança não estiver mais residindo com o titular, a pessoa responsável por ela atualmente, deve providenciar a guarda provisória e apresentar à Prefeitura.

¹⁰ Programa Bolsa família disponível em: www.mds.gov.br/programabolsafamilia

O Programa Renda Cidadã do Estado de São Paulo adotou os mesmos critérios Bolsa Família, porém tem a duração até de 12 meses podendo ser prorrogado por mais 12 meses. A avaliação de inclusão ou exclusão, alterações fica sob responsabilidade do Assistente Social após visita domiciliar para um melhor acompanhamento das famílias.

São as mulheres, a partir do papel de mãe, que tem que estar presentes em todas as atividades previstas nestes programas, como por exemplo, as de caráter sócio-educativos, além de serem as principais responsáveis pelo cumprimento dos critérios de permanência no programa, caso do Bolsa- família, Renda Cidadã, PETI, no qual as crianças não podem abandonar os estudos e nem se ausentar da escola. Não podemos deixar de lembrar o crescimento das famílias chefiadas por mulheres e do aumento da pobreza destas famílias, em função da condição das mulheres no mercado de trabalho, principalmente as pobres, aumentando ainda mais a condição de vulnerabilidade e a sobrecarga de responsabilidades destas.

Há uma valorização da família como espaço privilegiado de superação das seqüelas da questão social por um Estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e, pouco tem feito para implementação da política social e de estratégias de superação das desigualdades sociais. Há um reforço as idéias próprias do senso comum nas quais a culpada é sempre a família.

Na questão de gênero, a figura da mulher é uma das principais personagens do cotidiano, tanto nas gestões, quanto nos processos reivindicativos, pois vivencia, no dia-a-dia, a responsabilidade pela reprodução da família. (TAKASHIMA, 2005 p. 85)¹¹

São políticas de caráter focalizado e fragmentadas centradas nos papéis tradicionais da mulher dentro do lar e da família. A grande maioria das políticas, programas e projetos dirigidos às mulheres no mundo inteiro, enfocam seus papéis de esposas e mães dentro da divisão sexual do trabalho e buscam enfrentar necessidades voltadas à esfera doméstica, mas que, na verdade pouco contribui para a conquista do empoderamento e autonomia das mulheres. (CARLOTO, 2002).

¹¹ Família brasileira é a base de tudo, UNICEF, 2005.

1.5 GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO

...”ninguém nasce mulher, torna-se mulher”

Simone de Beauvoir

Na sociedade brasileira é fácil perceber que homens e mulheres não ocupam posições iguais, embora este fato não ocorra exclusivamente no Brasil.

A identidade da mulher, como a do homem, é constituída por meio da atribuição de diferentes papéis que a sociedade estabelece, portanto gênero é uma questão cultural na sociedade, pressupõe assumir e desempenhar papéis e funções nas relações com outras pessoas, ou seja, ser homem ou mulher não é uma consequência apenas do nascimento, mas de ter assumido essa condição na relação com os outros.

Segundo Saffioti (1987) “Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas por meio das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é cultural e simbolicamente significada.”

A questão de gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais, alterando o olhar para mulheres e para homens como segmentos isolados, direcionando um olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais através das quais homens e mulheres são mutuamente constituídos como categorias sociais desiguais

No nascimento começa a ser definido os papéis de homem e mulher na sociedade. Na infância são definidos os comportamentos para os meninos que tem mais liberdade, logo de inicio ganha *um carrinho de presente* não tendo obrigações de ajudar no afazeres domésticos, sendo educado para a dominação ao contrario da menina que é educada para ser delicada, ajudar a mãe nos afazeres domésticos assim consiste em naturalizar o processo sociocultural como afirma Saffioti.

Quando se afirma que é natural que a mulher ocupe o espaço doméstico deixando livre para o homem o espaço público, está-se rigorosamente, naturalizando um resultado da história. Os seres humanos nascem machos ou fêmeas, mas por meio da educação que recebem se tornam homem e mulher. A identidade social é, portanto é constituída socialmente e culturalmente. (SAFFIOTI, 1987, p.12)

Na sociedade existe diversidade dos processos de socialização vivenciados por homens e mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. Para as mulheres, é reforçada a responsabilidade feminina pela reprodução social, educação dos filhos, saúde familiar e por outras necessidades que garantam a manutenção da família. Os homens, ao contrário, são “destinados” ao poder e a garantir sua presença nos espaços públicos. A relação de desigualdade torna-se ainda mais evidente quando relacionada ao pertencimento étnico/racial, uma vez que a pobreza é mais acentuada entre mulheres negras, provenientes de minorias étnicas, localizadas em regiões pobres. (SAFFIOTI, 1987)

A perspectiva de gênero garante um olhar comprometido com a diferença e a especificidade femininas, em suas dimensões subjetiva, social e política. Por este ponto de vista, a mulher passa a fazer parte e ser reconhecida como sujeito, nas arenas da vida cotidiana, na cultura, na história e nas relações de trabalho. Ao falarmos da equidade de gênero precisamos romper com não existência do outro, do diferente significa caminhar em direção à sua inclusão e ao seu reconhecimento.

Na sociedade o papel da mulher é destinado à reprodução das relações sociais ficando encarregada da socialização e educação dos filhos, afazeres domésticos, manutenção da residência e do bem estar da família. Caracterizando esta situação como uma naturalização da condição da mulher, cabendo a ela o espaço domestico privado. (SAFFIOTI, 1987)

A condição vida da mulher varia de acordo com a classe social que ela está inserida, (SAFFIOTI, 1987) mesmo a mulher da classe média tenha condição de contrata outra mulher para executar os afazeres domésticos, lhe cabe ainda a responsabilidade de administrar o orçamento doméstico, cuidar da educação dos filhos, por outro lado, a mulheres das classes subalternas tem dupla jornada de trabalho dentro e fora do lar, mas ambas são responsáveis pela reprodução social.

Na divisão do trabalho, a produção ficou exclusivamente para o gênero masculino e a reprodução para o feminino, mesmo com o fim da escravidão os ideais libertários do capitalismo, em que os homens deixaram a condição de escravo para vender a sua força de trabalho, em troca de alguns mínimos benefícios sociais, este fato não foi suficiente para tornar igualitárias as funções da produção e reprodução, sendo tanto homens, mulheres e crianças das camadas pobres são vítimas do capitalismo, que explora os trabalhadores para atingir seu fim maior que é acumulação do capital. Entretanto, no ambiente doméstico, as mulheres sofrem maior exploração com uma dupla jornada.

As mulheres de diferentes classes sociais têm problemas em comum, em decorrência das relações sociais a subordinação esta presente em todas as classes sociais, a determinação da classe social também se realiza através do homem, pois o espaço que ele ocupa na produção de bens é que determina a sua classe social.

De acordo com IBGE referente ao estudo “O Trabalho da Mulher Principal Responsável no Domicílio”, em 2006. Enquanto em 2002 as mulheres que trabalhavam e eram chefes de família representavam 25,6%, em 2006 elas passaram a 28,1%, crescimento de 2,5 pontos percentuais.

As mulheres chefes de domicílio representam 29,6% das mulheres que trabalham nas seis principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife). Os resultados da pesquisa mostram que essas mulheres são mais velhas do que a média da população feminina ocupada, apresentam menor nível de escolaridade, ocupam empregos mais precários, com nível de informalidade maior e enfrentam jornada de trabalho mais longa. (IBGE, 2006). Uma em cada cinco chefes de família trabalha como empregada doméstica. A participação dessa atividade é de 21,9% contra 18,0% para o total de mulheres ocupadas.

CAPITULO II

Nesse capítulo, apresentamos uma breve trajetória histórica do Município de Itapecerica da Serra, a implementação da Política Nacional de Assistência Social no Município, e como se desenvolve o serviço de Proteção Social Básica enfatizando as Mulheres Beneficiárias do Programa Renda Cidadã.

Apresentamos e comentamos os procedimentos metodológicos presente na construção de todo o trabalho e o resultado

2 O MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

Itapecerica da Serra tem sua origem no aldeamento indígena que, no século XVI, era assistido pelo padre Belchior de Pontes. A população indígena desse núcleo aumentou consideravelmente com a vinda dos índios da aldeia de Carapicuíba, trazidos por Afonso Sardinha. A ação dos padres jesuítas nessa localidade, desde a construção da primeira capela até a eleição de um novo lugar para o qual seriam transferidos a igreja e o povoado, foi decisiva para a formação do lugarejo. Eles foram também responsáveis pela construção da segunda capela, feita de taipa ao pé da colina onde se encontrava a aldeia indígena, que continha a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, posteriormente considerada padroeira da paróquia de Itapecerica. O povoado que, a partir de então, começou a receber novos habitantes vindos de lugarejos vizinhos, ficou conhecido pelo nome de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapecerica.

Seu desenvolvimento econômico despontou com a expansão da lavoura local e o grande impulso da imigração alemã, custeada pelo governo brasileiro, de tal importância que, em 1827, o aldeamento indígena, por meio de um aviso imperial, foi transformado em colônia alemã. Dessa forma, em 20 de fevereiro de 1841, o povoado foi elevado a freguesia do então município de Santo Amaro (atualmente

distrito), com o nome de Itapecerica (vocábulo de origem tupi que significa “pedra escorregadia”; ita, “pedra” e cerica, “lisa” ou “escorregadia”). Posteriormente, em 8 de maio de 1877, tornou-se vila, mas apenas em 30 de novembro de 1944 foi adotada a atual denominação Itapecerica da Serra. Cabe ressaltar que a construção do ramal Mairinque–Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana, que cortava todo o município, foi também um fator marcante para o desenvolvimento dessa região. (*Fragmento extraído do site da Fundação Seade.*)

Tabela- 2 - Geografia do município de Itapecerica da Serra

| <i>Localização</i> | <i>Sudoeste do Estado de São Paulo</i> |
|-----------------------|--|
| População total | 155.280 |
| População – homem | 77.854 |
| População – mulher | 79.426 |
| População urbana | 155.920 |
| População rural | 2.359 |
| Total de alfabetizada | 112.863 |
| Taxa de alfabetização | 92% |

AGENDIS - Agência de Desenvolvimento de Itap. Serra ©. Direitos

Em disponível: <http://www.agendis.org.br/nossaciadade/infogerais.htm>

O município de Itapecerica da Serra é um dos 39 municípios que compõem a Região metropolitana de São Paulo, faz divisa com os municípios de São Lourenço da Serra, Embu, Taboão da Serra, Cotia, Embu-Guaçu e São Paulo, que se pode identificar na categoria das cidades dormitório¹².

¹²Uma cidade dormitório é uma cidade de caráter principalmente residencial, na qual a maioria dos moradores trabalha em uma cidade próxima, de maior tamanho ou importância econômica. (Fonte pesquisa Wikipédia, a enciclopédia livre).

Figura 1 – Localização de Itapecerica da Serra no Estado de São Paulo



AGENDIS - Agência de Desenvolvimento de Itap. Serra ©. Direitos

Em disponível: <http://www.agendis.org.br/nossaciadade/infogerais.htm>

A cidade de Itapecerica da Serra está localizada em área de proteção de manancial¹³. Este fato implica na identificação de uma profunda contradição, pois, se de um lado há legislação de preservação permanente por se tratar de área de proteção ambiental de acordo com a lei Estadual Nº 9866/97¹⁴ e que, portanto, deve ser protegida; de outro, há ocupação por um número significativo de famílias que vem se instalando de maneira irregular ao longo dos anos, ali reside e se vê impossibilitada de usufruir do desenvolvimento e da implantação de serviços de infra-estrutura e benfeitorias que contribuam para melhoria da qualidade de suas vidas.

Neste caso, a situação da periferia do município de Itapecerica da Serra não difere de outras regiões ou localidades em que já ocorreu a ocupação

¹³ As áreas de proteção de manancial de acordo com a Lei 9.866/97 São áreas de Restrição à Ocupação: são as definidas pela Constituição do Estado e por lei com preservação permanente, de interesse para proteção dos mananciais e para a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais; Áreas de Ocupação Dirigida: são as de interesse para a consolidação ou implantação de usos rurais e urbanos, desde que haja manutenção das condições ambientais necessárias à produção da água em quantidade e qualidade suficientes para abastecimento da população atual e futura; Áreas de Recuperação Ambiental: são as que em razão dos usos e ocupações comprometem a qualidade e a quantidade dos mananciais, exigindo ações de caráter corretivo.

¹⁴ A Lei 9.866/97 define alguns instrumentos e mecanismos capazes de atuar diretamente nos fatores sociais, econômicos e políticos que compõem a região e determinam a estruturação e ocupação destas áreas a serem protegidas. Estes instrumentos são: (i) exigência do estabelecimento de leis específicas para cada Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM); (2) exigência de formulação do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) de cada (APRM); (3) estabelecimento de orientações para definição de mecanismos de compensação; e (4) estabelecimento de orientações para fiscalização, monitoramento e aplicação de penalidades.

desorganizada do espaço urbano e esta população se vê desprovida de acessos à infra-estrutura pública urbana necessária à inclusão e bem-estar da população. O poder público governamental ao não restringir efetivamente a ocupação desenfreada e, ao mesmo tempo, não cria soluções habitacionais para esta demanda, parece incapacitado diante de um problema social crucial.

2.1 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

O processo de implementação da Política de Assistência Social em Itapeçerica da Serra teve início em 1999, após aprovação do primeiro Conselho Municipal de Assistência Social, composto por representantes da sociedade civil e representante do governo municipal com o objetivo de implementação das políticas públicas no município.

Em 2001 dois anos após a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social o município passou a executar o programa Renda Cidadã, com o objetivo de complementar a renda por um período de dois anos, destinado as famílias em situação de vulnerabilidade social, como prioridade famílias chefiadas por mulheres tendo como condicionalidade para se incluídas no benefício a participação em reuniões sócio-educativas e cursos de capacitação com objetivo de geração de renda.

Nesse período com pouca estrutura, falta de profissionais técnicos e falta de materiais, o trabalho com as famílias era desenvolvido sem organização, sem aproximação com as famílias. Persistindo nos dias atuais, na nossa pesquisa de campo ao analisamos as fichas sociais de atendimento foi possível perceber falta de registro de informações, controle do total de participantes e acompanhamento destas famílias na perspectiva de melhoria na qualidade de vida, autonomia, emancipação.

Com a aprovação da (PNAS/2004) foi um marco importante na política de Assistência Social em Itapeçerica da Serra passou a ser fundamentada na Lei

Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Norma Operacional Básica/2005, sendo voltada para atendimento a população de excluídos e vulneráveis, em condição de desvantagem pessoal e em situação circunstancial.

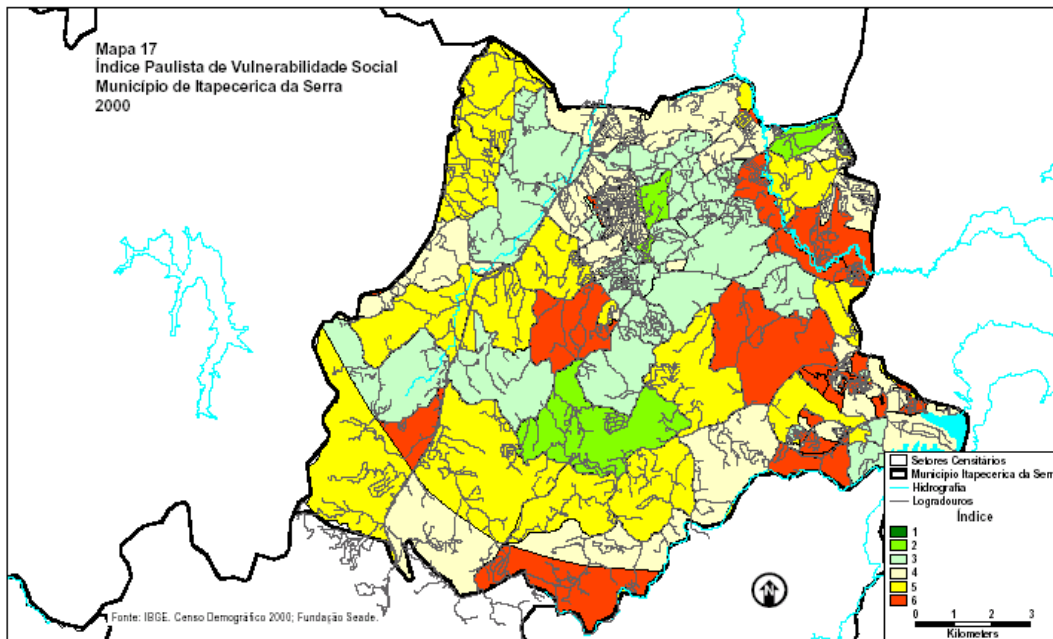
Em consonância com os princípios e diretrizes da PNAS/SUAS, que o município de Itapeçerica da Serra através da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social iniciou seu processo de reorganização das ações da Assistência Social. (PNAS/2004).

Em 2005 Itapeçerica da Serra implantou seu modelo de gestão definido pelo PNAS/2004, dividindo-se em quatro CRAS, até então a Assistência Social era agregada na Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social fomentava todas as políticas sociais, dentro da perspectiva de Inclusão Social tendo como serviços prestados a população o PAT (Posto de Atendimento ao trabalhador), Núcleo da Juventude onde são desenvolvidos os projetos Ação Jovem, Proteção AABB entre outros, Espaço Terceira Idade, Tele centro, Centro profissionalizante, Banco do Povo, SEBRAE, Ministério do trabalho, Posto IRGD, Assistência Jurídica referente a Previdência Social, Jovem Cidadão, Junta Militar e Conselho Tutelar.

Com a implantação da PNAS em 2005 o município passou a atuar de maneira descentralizada, constituído por equipes nas áreas sociais conforme estabelecido pelo NOB/RH estas equipes mínimas foram distribuídas pelos antigos plantões sociais localizados no Parque Paraíso, Jardim Jacira e Valo Velho áreas consideradas de grande vulnerabilidade social.

Como mostra o mapa do território de Itapeçerica da Serra pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, o mesmo revela as seguintes condições de vulnerabilidade:

Figura 2 – Mapa com índice de vulnerabilidade social no município de Itapeçerica da Serra



Fonte:SEADE

- 1- Área verde escura = nenhuma vulnerabilidade
- 2- Área verde limão = muito baixa vulnerabilidade
- 3- Área verde água = baixa vulnerabilidade
- 4- Área bege = média vulnerabilidade
- 5- Área amarela = alta vulnerabilidade
- 6- Área vermelha = muito alta vulnerabilidade

Desta forma com a proposta do SUAS, as diversas ações de atendimento a população, deixando o campo do voluntarismo e caridade e passando a operar sob a estrutura de uma política pensada no âmbito de garantia de cidadania sob responsabilidade do Estado.

Com a implantação do CRAS a política de Assistência Social em Itapeçerica da Serra teve uma nova configuração prestando serviços de maneira descentralizada, ofertando a Proteção Social Básica (PNAS, 2004), que consiste em um conjunto de ações e serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio

de desenvolvimento de suas potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares.

Em decorrência do trabalho com famílias, houve um aumento dos encaminhamentos de beneficiários para serviços de saúde, entidades, núcleos infantis e escolas, para o balcão de empregos do município, entre outros. Por outro lado a parceria com a rede de serviço se faz extremamente necessária para ampliação dos serviços prestados a população e possíveis encaminhamentos que demandam o CRAS.

Em consonância com os princípios e diretrizes da PNAS/SUAS, o município de Itapeçerica da Serra através da Secretaria Inclusão Social e Desenvolvimento Social iniciou o processo de reorganização das ações de Assistência Social. (PNAS 2005).

A Secretaria Inclusão e Desenvolvimento Social atende diretamente, em seus programas, 10.352 cidadãos, com um investimento anual de R\$ 2 milhões e novecentos mil:

Tabela 3 – Programas de Assistência Social no Município de Itapeçerica da Serra

| PROGRAMA | N.º DE BENEFICIADOS | VALOR (R\$) |
|---|----------------------------|--------------------|
| Bolsa Família | 5.000 | 157.680,00 |
| BPC – Benefício de Prestação Continuada | 2.594 | 678.654,31 |
| Agente Jovem | 50 | 4.166,67 |
| Renda Cidadã | 1865 | 1.213.200,00 |
| Casa Transitória | 53 | 83.210,00 |
| Espaço Menor Idade | 138 | 33.701,36 |

2.2 - IMPLANTAÇÕES DOS CRAS EM ITAPECERICA DA SERRA

O processo de criação dos Centros de Referência da Assistência Social em Itapeçerica da Serra se inicia em 2005, quando há a aprovação da primeira Política Nacional de Assistência Social.

Antes deste período, a cidade contava com três plantões sociais o Parque Paraíso já desenvolvia um trabalho descentralizado de atendimento a população, porém contava com a equipe mínima de atendimento uma Assistente Social e quatro administrativos não havia projetos era um atendimento apenas de caráter assistencialista. Nesse período o Jardim Jacira e Valo Velho também contavam com os plantões sociais, com uma Assistente Social que se dividia para dar conta dos atendimentos.

Com a aprovação da (PNAS/2004) a política de assistência social na cidade de Itapeçerica da Serra passou a ser fundamentada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na Norma Operacional Básica/2005, sendo voltada para o atendimento à população de excluídos e vulneráveis, em condição de desvantagem pessoal e em situação circunstancial.

No início de 2006, com recursos disponíveis para implantação dos quarto CRAS definiu-se uma nova área para instalação do PAIF, historicamente carente e muito vulnerável: a região do Potuvera também contou com um CRAS a partir destes três equipamentos é que se dará, entre 2005 e 2006, a expansão dos CRAS no município.

Atualmente Itapeçerica da Serra possui quatro Centros de Referência da Assistência Social, localizados com abrangência em áreas de maior vulnerabilidade social.

2.3 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS PARQUE PARAÍSO

Por definição do NOB/SUAS a taxa de vulnerabilidade social indica a necessidade de oferta de serviços de proteção social básica, onde os municípios foram habilitados de acordo com apresentação da documentação exigida pelo governo federal, com um numero de CRAS de acordo com o seu porte, numero de habitantes e famílias.

Da população total, 21,9% (55,9 mil pessoas) vivem em condição de vulnerabilidade alta ou muito alta, segundo os critérios do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social da Fundação Seade. Nesta população vulnerável, encontram-se 22,8 mil crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, estando 14,9 mil nas áreas mais graves, de vulnerabilidade muito alta.

O Parque Paraíso é uma região com alta concentração demográfica e problemas sócio-econômicos crônicos, impactando as famílias e os mais jovens, enfrentamos o desemprego, o baixo índice de escolaridade da população (com 8,86% de analfabetismo), a falta de qualificação profissional e o assentamento de famílias em áreas públicas e de risco.

A taxa de mortalidade infantil, 12,06 por mil em 2004, está abaixo da média do Estado (14,25) e da região (13,35). Este fato, positivo – embora a taxa ainda esteja em patamares que podem ser melhorados – deve-se à estruturação da área de saúde em Itapecerica, com grande atenção à primeira infância, por meio do programa Saúde Integral da Criança (cadastramento, consultas periódicas, reforço alimentar, valorização da amamentação, mãe canguru, entre outras ações integradas).¹⁵

A equipe dos CRAS Parque Paraíso é formada:

- Um coordenador;
- Equipe de profissionais técnicos (dois assistentes sociais e um psicólogo);

¹⁵ Dados fornecidos pela secretaria da saúde do município de Itapecerica da Serra.

- Cinco Auxiliares administrativos;
- Uma Estagiário de Serviço Social.

A equipe é responsável pelo referenciamento das famílias do território pela gestão da proteção básica da assistência social e pela articulação intersetorial. Um das medidas adotadas para a instalação dos CRAS foi o estabelecimento de parcerias com entidades com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento.

CRAS Parque Paraíso está localizado em um espaço privilegiado por está diretamente ligado a Secretaria de Inclusão Social que oferece infra-estruturas, equipamentos abrange 31 bairros com um atendimento mensal de aproximadamente 4000 famílias. Sendo o único CRAS informatizado com sistema de rede de internet, onde está a central do Programa Bolsa Família e Renda Cidadã.

Tabela 4 - Atividades desenvolvidas pelo CRAS/Parque Paraíso:

| Atividades desenvolvidas no CRAS/Parque Paraíso | |
|--|--|
| • Entrevista familiar | • Atendimento ao Programas Federal e Estadual |
| • Visita domiciliar | • Remissão de IPTU e licença para ambulante |
| • Palestra voltada para comunidade ou família | • Comissão de avaliação para concessão de remissão de IPTU |
| • Atividades em grupos | • Encaminhamento e acompanhamento |

Em parceria com o Governo do Estado de São Paulo a Secretaria de Inclusão Desenvolvimento Social/SIDS, o CRAS/Parque Paraíso faz o acompanhamento de aproximadamente de 800 famílias beneficiarias do Programa Renda Cidadã. Este programa tem o objetivo de transferir renda às famílias em situação de extrema pobreza e promover ações com enfoque socioeducativo. Propiciando apoio financeiro de R\$ 60,00 a R\$ 95,00 reais por um período de 2 anos, tendo como encontros socioeducativo mensais, abordando diversos temas:auto-estima, planejamento familiar, gravidez precoce, higiene pessoal e do meio ambiente,

cidadania e direitos humanos, educação para o trabalho, qualidade de vida, uso indevido de drogas/DST AIDS, educação para os filhos, geração de renda, etc.¹⁶

Porém os beneficiários têm como condicionalidade participar das reuniões socioeducativas, são orientados no ato da inclusão sobre os critérios do Programa, o não comparecimento em três reuniões consecutivas sem justificativa implica na exclusão de benefícios.

Atividades desenvolvidas com as famílias do Programa Renda Cidadã no segundo semestre de 2008.

Tabela 5 - Palestra socioeducativa CRAS/Parque Paraíso

| Atividades desenvolvidas com as famílias do Programa Renda Cidadã no segundo semestre de 2008 | | | |
|--|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Junho | Sessão de cinema | Setembro | Ginástica laborativa |
| Julho | Palestra com arte | Outubro | Sessão cinema |
| Agosto | Apresentação teatral | Novembro | Palestra com arte |
| Dezembro – confraternização com as famílias | | | |

Tabela 6 - Curso de geração de renda – Programa Renda Cidadã:

| | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| Junho – Biscuit | Outubro – artesanato |
| Julho – Receita julina | Novembro – artesanato |
| Agosto – Pães artesanais | Setembro – Culinária: Bolos |
| Dezembro – confraternização | |

Os cursos de geração de renda não obrigatórios, porém cabe aos profissionais estimular e desenvolver estratégias para a adesão das beneficiárias.

A falta de participação nos cursos de geração de renda demonstra a falta de identificação das mulheres beneficiárias. Em contrapartida falta aos técnicos o conhecimento do perfil das mulheres beneficiária não levando em conta a opinião delas.

A estrutura educacional do Parque Paraíso conta com 55 escolas de ensino fundamental (20 municipais, 28 estaduais e sete privadas); 22 de ensino médio (18 estaduais e quatro privadas), e 36 de ensino pré-escolar (25 municipais e 11 privadas).

¹⁶ Retirado do plano de trabalho de 2008 do CRAS Parque Paraíso.

Tabela 7 - Rede social da região do Parque Paraíso

| | |
|---|---|
| SOC. DE INST. E BENEFICENCIA CONVENTO MARIA IMACULADA | Criança de 0 a 6 anos, abrigo (meninas) de 0 a 18 anos, Adolescentes de 07 a 14 anos |
| SOC. DE INST. E BENEFICENCIA CENTRO DE CONVIVÊNCIA NAZARÉ | Criança e Adolescente de 07 a 14 anos |
| INSTITUTO FRATERNAL DE LABORTERAPIA – IFL | Homens com dependência alcoólica |
| ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL KOLPING NOSSA SENHORA DOS PRAZERES | Criança de 0 a 6 anos, adolescente de 14 a 17 anos e gestantes |
| INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CRECHE MARIA IMACULADA | Criança de 0 a 0 anos, abrigo (meninas) de 0 a 18 anos, Adolescente de 07 a 14 anos |
| ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLAVE DE SOL | Crianças e Adolescentes de 07 a 14 anos |
| CASA DA CRIANÇA IZILDINHA | Crianças de 0 a 06 anos |
| COMUNIDADE TERAPÊUTICA CONQUISTA | Atendimento a dependentes químicos |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA AMIGOS DO JAPÃO | Atendimento a crianças e adolescentes com atividades esportivas |
| COMUNIDADE TERAPÊUTICA REVIVER | Atendimento a dep. Químicos |
| CAP'S – CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DE APOIO PSICOSSOCIAL | Atendimento a dependentes químicos |
| PROLIB – PROJETO LIBERDADE | Atendimento a dependentes químicos |
| CEM – CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS | Saúde |
| PRONTO SOCORRO E MATERNIDADE | Saúde |
| UBS BAIRRO CRISPIM/ | Saúde |
| UBS BAIRRO DA MOMBAÇA | Saúde |
| UBS SALVADOR DE LEONE | Saúde |
| UBS PARQUE PARAÍSO | Saúde |
| UBS SÃO PEDRO | Saúde |
| HGIS – HOSPITAL GERAL | Saúde |
| POSTO DE BOMBEIROS | |
| PROCON | Atendimento ao Consumidor |
| ESPAÇO CULTURAL PQ. PARAÍSO. | Cultura |
| BIBLIOTECA CENTRAL | Educação |
| BILIOTECA PQ. PARAÍSO | Educação |
| CINE TEATRO | Cultura |
| ESTÁDIO MUNICIPAL | Esporte |
| CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCERA IDADE | Inclusão Social |
| CONSELHO TUTELAR | Criança/Adolescente |
| POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR – PAT | Trabalho |
| BANCO DO POVO | Trabalho |
| MINISTÉRIO DO TRABALHO | Trabalho |
| CENTRO PROFISSIONALIZANTE | Qualificação e Requalificação profissional |
| TELECENTRO | Inclusão Digital |
| CASA TRANSITÓRIA | Abrigo para crianças |

CAPÍTULO III

3.1 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada no CRAS/Parque Paraíso, no qual é parte integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social do Município de Itapeçerica da Serra.

Para traçar o perfil sócio econômico das mulheres beneficiárias do Programa Renda Cidadã, optamos pelo método de pesquisa quanti-qualitativa, sendo que selecionamos 150 fichas sociais¹⁷ que representa um universo 18.75% das mulheres beneficiárias, que são atendidas no CRAS/Parque Paraíso, com atendimento aproximadamente 800 beneficiárias.

Ao iniciar a nossa pesquisa documental¹⁸ nos deparamos com a falta de controle e registro das informações referentes ao número exato de beneficiárias em cada CRAS, isso dificultou um levantamento mais aprimorado e levantou a questão da falta de clareza profissional sobre a importância do registro das informações até mesmo para propor ações mais efetivas.

Na pesquisa documental utilizamos arquivos existentes no CRAS/Parque Paraíso. Pode-se observar, no entanto que não existe um registro sistematizado das informações referente aos beneficiários do Programa, tanto no âmbito dentro do CRAS Parque Paraíso e muito menos no município de Itapeçerica da Serra.

¹⁷ Prontuário é o conjunto de documentos e informações referentes a um paciente e geralmente contém: *Diagnóstico provisório; *Estudo social.

[do latim *promptuariu*] – 1. Manual de informações e indicações úteis. 2. Ficha com dados de uma pessoa. 3. Lugar em que se guarda aquilo que poderá ser necessário. Pasta contendo todos os documentos e anotações referentes à vida funcional do servidor, arquivada nas respectivas unidades de pessoal. Fichas sociais como referidas no CRAS/Parque Paraíso pelos técnicos

¹⁸ A pesquisa documental é muito próxima a pesquisa bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes primárias (manuscritas ou não), pois vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que, ainda, podem ser reelaborados de acordo com a problemática da pesquisa. Os (documentos primários podem ser obtidos em: arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.) (GIL, 1999) .

Os documentos constituem-se em uma fonte poderosa de informação, cujos conteúdos podem oferecer evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LUDKE, 1986, p.39).

As informações foram coletadas em Janeiro de 2009. Em 5 dias de levantamento foram selecionadas 150 fichas aleatoriamente referente ao atendimento do segundo semestre de 2008, com autorização da Diretora Valquíria de Sousa e a coordenadora do CRAS Jacira Maria do Nascimento, ambas Assistentes Sociais.

Após a visita da Divisão Regional de Assistência Social e Desenvolvimento Social – DRADS, no segundo semestre de 2007 para supervisão das ações desenvolvidas no município de Itapeçerica da Serra referente a verba repassada para o desenvolvimento do Programa Renda Cidadã, foi constatado que não havia um arquivo específico e muito menos um banco de dados, isso permaneceu até o final de 2007. No início de 2008 foi implantado um arquivo com os prontuários dos beneficiários do Programa, porém esta em processo de construção.

3.2 ANALISE DOS DA PESQUISA DE CAMPO

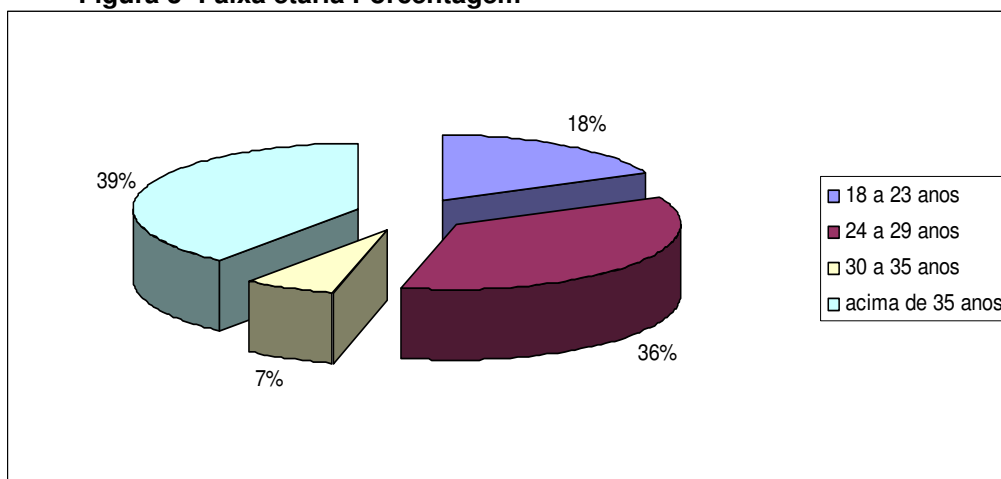
Iniciamos a nossa análise apresentando os dados referentes à composição familiar das mulheres beneficiárias do Programa Renda Cidadã, atendidas no CRAS/Parque Paraíso.

Em relação à idade das mulheres atendidas no CRAS dividimos em quatro grupo para melhor analisar:

Tabela 8 - Faixa etária

| <i>Faixa etária</i> | |
|----------------------------|--------------|
| Idade das mulheres | Total |
| 18 a 23 anos | 27 |
| 24 a 29 anos | 54 |
| 30 a 35 anos | 10 |
| Acima de 35 anos | 59 |
| Total | 150 |

Figura 3- Faixa etária Porcentagem



Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Neste gráfico verificamos, que quem utiliza este benefício Programa Renda Cidadã no CRAS/Parque Paraíso, são as mulheres com idade acima de 35 anos, representando 39%. Seguida por mulheres com idade entre 24 a 29 anos, representando 36%, mulheres na faixa etária entre 18 a 23 anos correspondendo por 18% e por ultimo de 30 35 anos com a porcentagem 7%.

Para receber o benefício a preferência é para os chefes ou provedor da família, que esteja desempregado e a prioridade para mulheres chefes de família. A pesquisa demonstra que a maior porcentagem de beneficiaria está faixa etária 18 a 29 anos correspondo a 54%. São mulheres jovens que necessitam de auxilio da assistência social.A educação é um direito social garantido nos princípios da Constituição Federal de 1988, onde configura como direito de todos e dever do Estado.

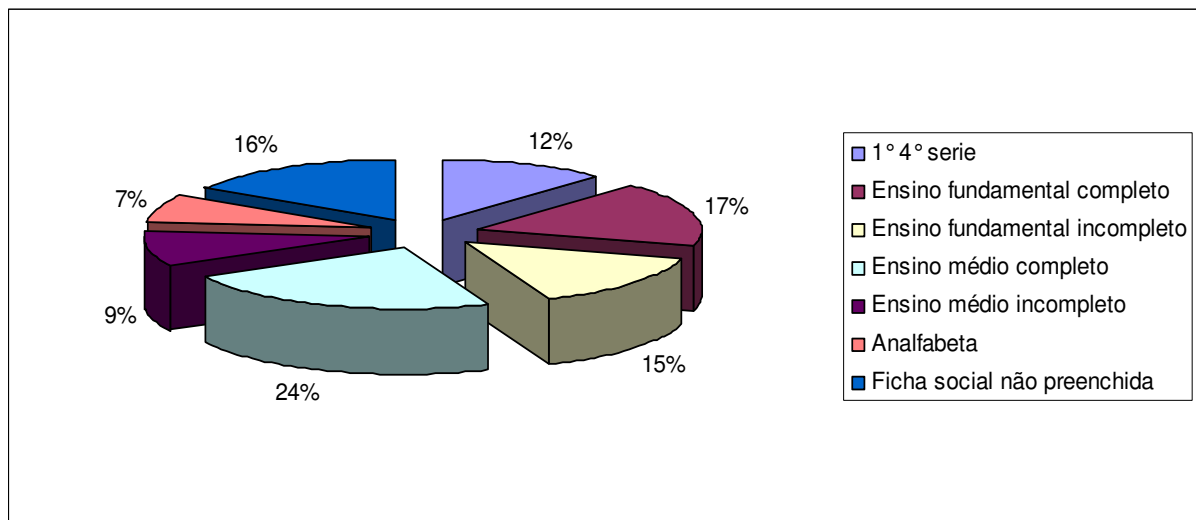
Tabela 9 – Escolaridades das mulheres

| Escolaridade das mulheres atendidas no CRAS do Parque Paraíso: semestre de 2008 | | | | | |
|---|------------------------|--------------|--------------|------------------|------------|
| Escolaridade | Grupos de faixa etária | | | | Total |
| | 18 a 23 anos | 24 a 29 anos | 30 a 35 anos | Acima de 35 anos | |
| 1° a 4° serie | 1 | 1 | 3 | 13 | 18 |
| Ensino fundamental completo | 3 | 15 | 1 | 7 | 26 |
| Ensino fundamental incompleto | 5 | 10 | 3 | 4 | 22 |
| Ensino médio completo | 13 | 19 | 2 | 1 | 35 |
| Ensino médio completo | 5 | 9 | 0 | 0 | 14 |
| Analfabeta | 0 | 0 | 1 | 10 | 11 |
| Não consta na ficha social | 24 | | | | 24 |
| Total | | | | | 150 |

Na tabela acima notamos que o numero de mulheres analfabetas e que não concluíram o ensino primário corresponde 29 mulheres, com porcentagem de 19%, o maior numero encontra-se na faixa etária de acima de 30 anos.

Dificultando o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho, considerando as atuais exigências desse mercado de trabalho.

Figura 4 – Escolaridade das mulheres atendidas no CRAS/Parque Paraíso



Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

O gráfico acima demonstra que as mulheres jovens, mesmo tendo um grau de instrução mais elevado encontram dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Nos gráficos abaixo veremos outros fatores que expõem estas mulheres a vulnerabilidade social.

Podemos destacar, que quem utiliza a assistência social, são majoritariamente mulheres, mesmo tendo crescido a participação da mulher no mercado de trabalho como mostra o IBGE em 2006 na pesquisa “O Trabalho da Mulher Principal Responsável no Domicílio”, porém acabam ocupando o mercado informal, ocupação relacionada a figura da mulher tais como manicure, empregada doméstica, diarista. No bairro do Parque Paraíso em Itapeverica da Serra não foge a regra.

Para receber o benefício Renda Cidadã os beneficiários têm que estar desempregado ou ter renda per capita de até R\$100,00. Todos os prontuários

analisados as beneficiárias encontram-se desempregadas ou sobrevivendo de empregos informais e temporários.

Este item considerou a qualificação das mulheres atendidas no CRAS/Parque Paraíso, declarada no prontuário por elas, considerando sua potencialidade para o mercado de trabalho.

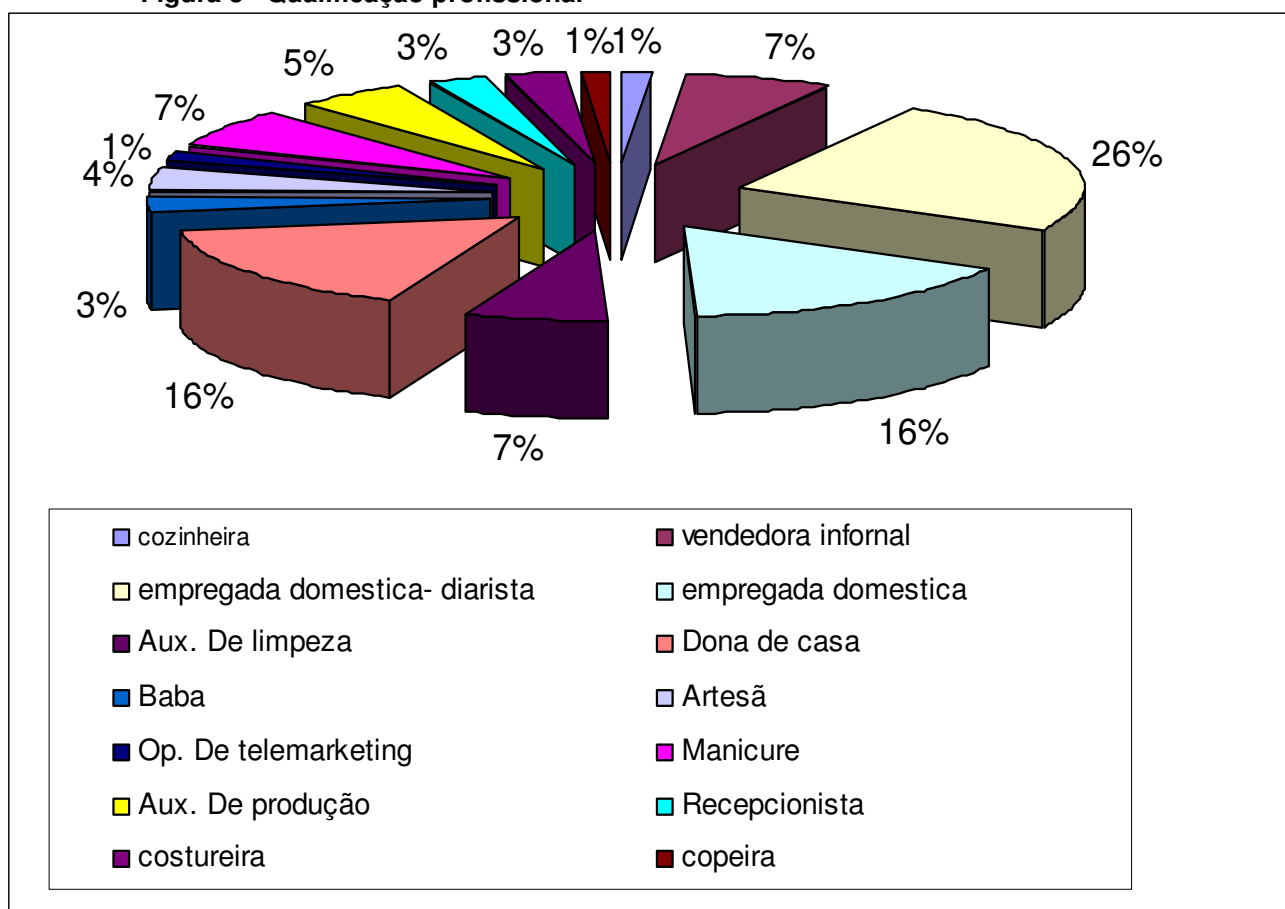
Tabela 10 – Qualificação profissional

| Ocupação/ profissão das mulheres | |
|---|------------|
| Cozinheira | 1 |
| Vendedora informal | 5 |
| Empregada domestica - Diarista | 18 |
| Empregada domestica | 12 |
| Aux. De limpeza | 5 |
| Dona de Casa | 12 |
| Babá | 2 |
| Artesão | 3 |
| Op. De telemarketing | 1 |
| Manicure | 5 |
| Aux. De produção | 4 |
| Recepcionista | 2 |
| Costureira | 2 |
| Copeira | 1 |
| Não consta registro | 77 |
| Total | 150 |

Os grupos mais afetados são os advindos das famílias de baixa renda, cuja escolaridade é baixa, e sua colocação profissional torna-se mais difícil devido as exigências do mercado de trabalho formal, que são cada vez maiores. Resta aos grupos menos preparados a alocação nos trabalhos poucos valorizados e no mercado informal.

O gráfico 5, mostra que as mulheres que são atendidas no CRAS do Parque Paraíso, ocupa o mercado informal. No nosso levantamento 42% trabalha como empregado domestica ou diarista, que tem uma legislação diferenciada dos demais trabalhadores, com baixos salários.

Figura 5– Qualificação profissional

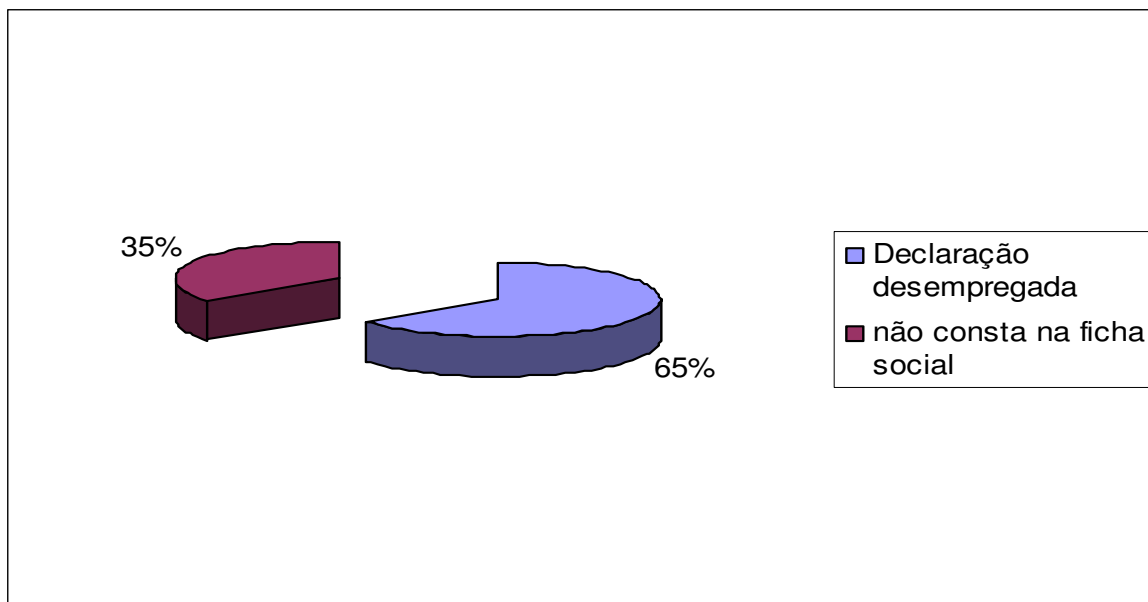


Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Na pesquisa encontramos 77 fichas sociais, que apontam a situação das mulheres no momento da entrevista: desempregada como se fosse uma ocupação, em outros casos não havia nenhum registro em um universo de 150 analisadas. O profissional não registrou se a as beneficiarias já tinham desempenhado alguma ocupação anteriormente.

- 50 fichas sociais analisadas registravam: desempregada;
- 27 fichas sociais não havia registro

Figura 6- Ausência de informações referente a ocupação



Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Em relação ao rendimento familiar podemos ressaltar que um dos critérios para inclusão no programa renda Cidadã é per capita que não pode ultrapassar 100 reais, demonstra que a família para ter direito precisa estar inserida no alto índice de vulnerabilidade.

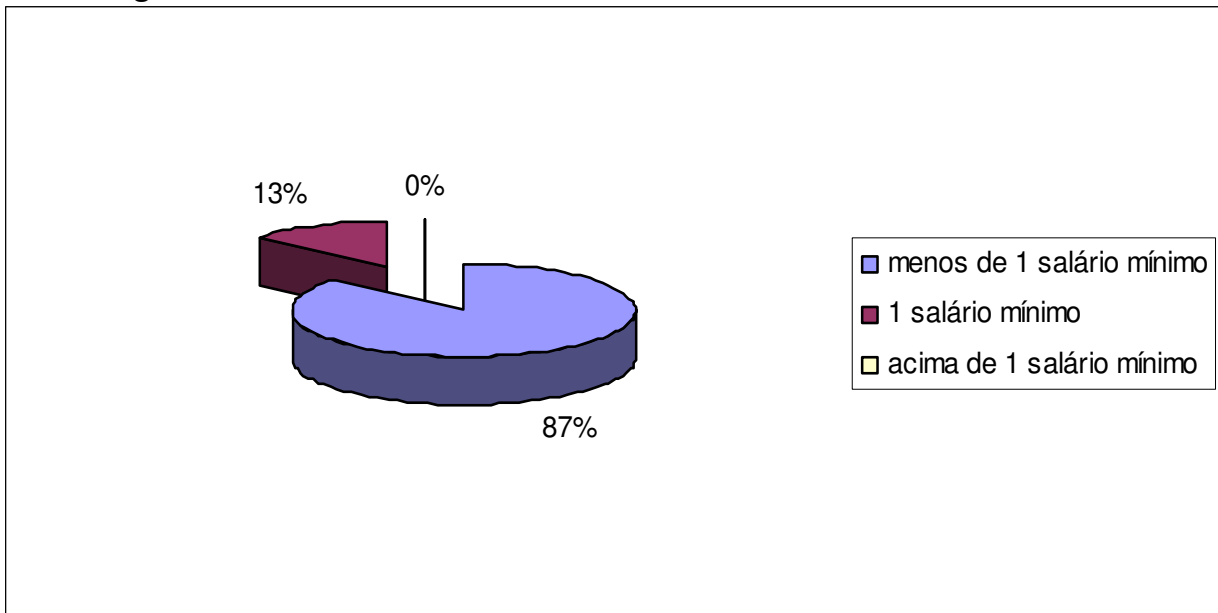
Tabela 11- Renda familiar

| Renda Familiar das mulheres beneficiária do Programa Renda Cidadã | |
|--|------------|
| Inferior a um salário mínimo | 130 |
| Um salário mínimo | 20 |
| Superior a um salário mínimo | 0 |
| Total | 150 |

As mulheres beneficiárias do Programa Renda no CRAS/Parque Paraíso, 87% tem a renda familiar inferior a um salário mínimo, como vimos no gráfico(6) a maioria sobrevive de trabalhos informais e temporários.

Com o neoliberalismo instituído no Brasil e com reestruturação produtiva, observamos uma redução constante nos postos de trabalho tanto do setor primário quanto no setor secundário dado a incorporação de novas tecnologias. Neste mesmo contexto, o mercado informal cresce a cada dia, incorporando uma mão de obra de forma precarizada e distante das históricas conquista dos trabalhadores. O gráfico abaixo mostra a porcentagem das mulheres beneficiárias.

Figura 7 – Renda familiar



Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Para ter acesso ao programa a família deve ser chefiada prioritariamente por mulher. Por este motivo optamos em coletar esses dados. Ser elas moram sozinhas ou tem um marido ou companheiro, sabendo que todas que recebem o benefício são responsáveis por suas famílias.

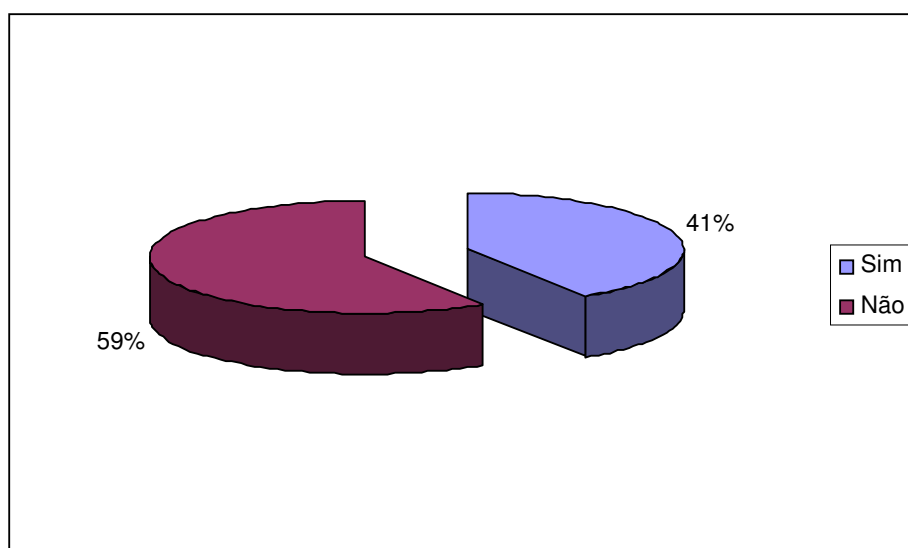
Tabela 12 – Estado civil

| Estado civil: Convive ou não com marido ou companheiro | | | | | |
|--|------------------------|--------------|--------------|------------------|-------|
| | Grupos de faixa etária | | | | |
| Convive ou não com marido ou companheiro | 18 a 23 anos | 24 a 29 anos | 30 a 35 anos | Acima de 35 anos | Total |
| Sim | 11 | 19 | 2 | 23 | 54 |
| Não | 14 | 28 | 8 | 28 | 78 |
| Total | 25 | 47 | 10 | 51 | 132 |
| Não consta registro | 18 | | | | 150 |

Podemos perceber que o número de mulheres chefe de família é muito elevado no bairro do Parque Paraíso. Elas mulheres são responsáveis sozinhas pela manutenção da família, sabendo-se que as mulheres ganham menos do que homens, são a maioria no mercado informal, a falta de apoio institucional do Estado.

A maior concentração de mulheres chefes de família esta localizada na faixa etária acima de 24 anos como vimos anteriormente. No gráfico abaixo podemos ver a porcentagem de mulheres que convivem ou não com marido ou companheiro.

Figura 8 – Conviver ou não com marido ou companheiro



Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

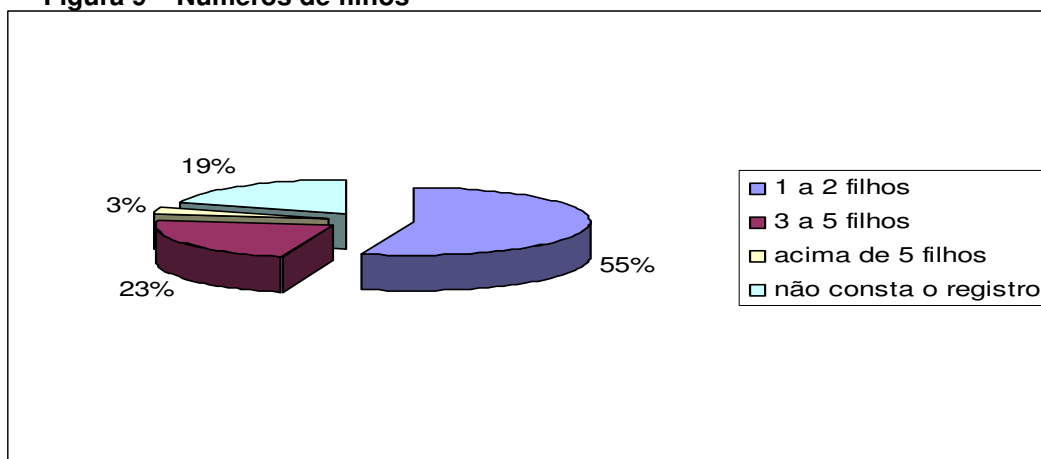
O número de filhos que estas mulheres têm é outro dado importante, sabendo que são mulheres chefes de família, a maioria trabalham na informalidade como veremos mais abaixo, pouco contam com ajuda das instituições governamentais como: creche, posto de saúde, escola etc. Acabam elas mesmas arcando com os custos.

Tabela 13 – composição familiar

| Composição familiar: Números de filhos | | | | | |
|--|------------------------|--------------|--------------|------------------|-------|
| N° de filhos | Grupos de faixa etária | | | | Total |
| | 18 a 23 anos | 24 a 29 anos | 30 a 35 anos | Acima de 35 anos | |
| 1 a 2 filhos | 27 | 38 | 7 | 10 | 82 |
| 3 a 5 filhos | 0 | 16 | 3 | 15 | 34 |
| Acima de 5 filhos | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 |
| Não consta registro | | | | | 29 |
| Total geral | | | | | 150 |

As mulheres de faixa etária entre 18 e 29 anos tem menos filhos, esse dado vem de encontro com os índices do IBGE. Outro fato que tem avós responsáveis pela criação dos netos. Como podemos observar no gráfico abaixo;

Figura 9 – Números de filhos



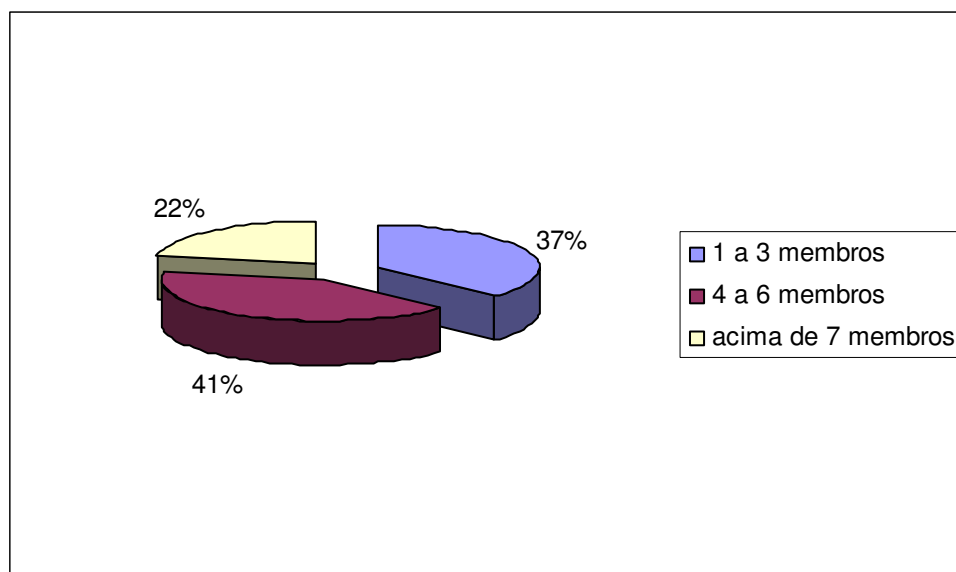
Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Tabela 14 – números de membros nos domicílios

| Composição familiar – Números de membros no domicílio | | | | | |
|---|-----------------------|--------------|--------------|------------------|-------|
| Nº de membros | Grupo de faixa etária | | | | |
| | 18 a 23 anos | 24 a 29 anos | 30 a 35 anos | Acima de 35 anos | Total |
| 1 a 3 | 15 | 27 | 4 | 15 | 56 |
| 4 a 6 | 12 | 17 | 3 | 24 | 61 |
| Acima de 7 | 0 | 10 | 3 | 20 | 33 |
| Total | 27 | 54 | 10 | 59 | 150 |

Quanto ao tamanho da família, dentre as 150 fichas analisadas no CRAS/Parque Paraíso, o número de membros que reside sob o mesmo teto é, na maioria de 4 a 6 pessoas, o que nos aponta o predomínio de famílias numerosas, uma vez que 63% possuem mais de 4 membros. Nesse grupo é importante destacar os 22% cuja composição familiar é superior a 7 pessoas. Isso expõe a estas famílias a diversas fragilidades sociais. Mostra também que a composição familiar é formada por mulheres chefes de família, convivendo com outros membros como pais, irmão, etc. Os arranjos familiares são baseados na afetividade, com as mudanças na sociedade a família é um espaço de convivência e proteção dos membros que nela residem, independente do parentesco.

Figura 10 – composição Familiar – Números de membros no domicílio



Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Quanto à situação da residência, percebemos que a maioria mora em residência cedida e área pública somada isso a composição familiar como vimos anteriormente no gráfico 5. Devido às condições socioeconômicas os arranjos familiares tornam-se necessário como uma forma de enfrentamento da população em relações a falta de políticas habitacionais e políticas para o trabalho.

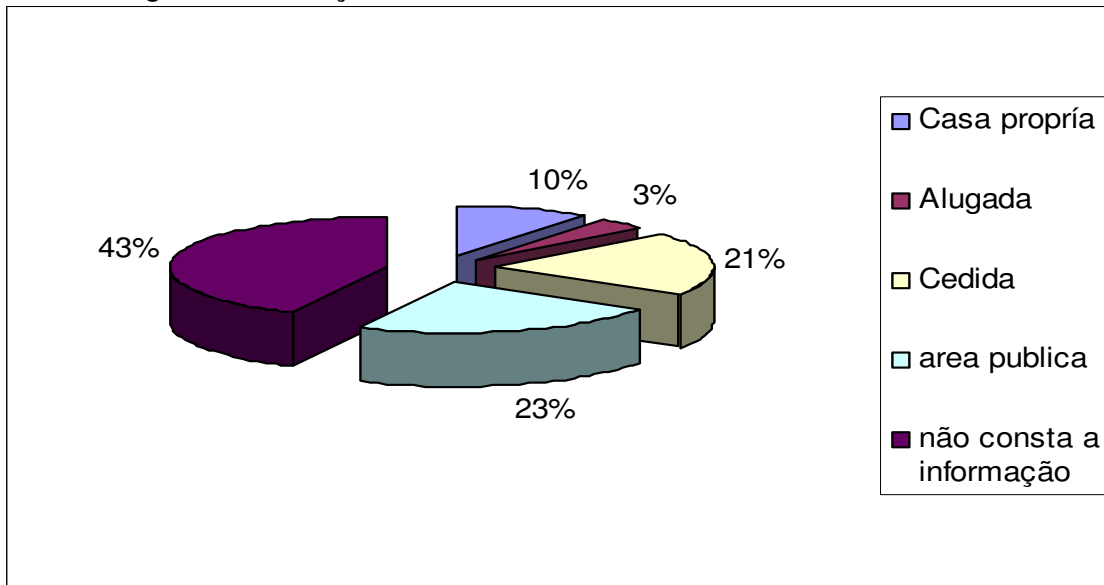
Tabela 15 – Situação do Domicilio

| Situação do domicilio | | | | | |
|------------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|--------------|
| | Grupo faixa etária | | | | |
| Residência | 18 a 23 anos | 24 a 29 anos | 30 a 35 anos | Acima de 35 anos | Total |
| Própria | 5 | 5 | 1 | 4 | 15 |
| Alugada | 0 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| Cedida | 5 | 10 | 4 | 12 | 31 |
| Área publica | 10 | 14 | 2 | 9 | 35 |
| Não consta a informação | 7 | 20 | 3 | 34 | 64 |
| Total | 27 | 54 | 10 | 59 | 150 |

Verificamos que no Parque Paraíso as mulheres beneficiarias do Programa Renda Cidadã 35 beneficiarias residem área publica correspondendo 43%,seguida por 31 beneficiarias residem em domicilio cedido correspondendo 23%.

Isso evidencia que 63% da beneficiarias não tem residência própria e não ganham o suficiente para pagar aluguel, sendo assim contam com a solidariedade familiar ou recorrem à invasão de áreas publicas que são de risco, sem infraestrutura, falta de saneamento básico, falta de transporte publico, falta de asfalto entre outros. Podemos visualizar melhor no gráfico abaixo:

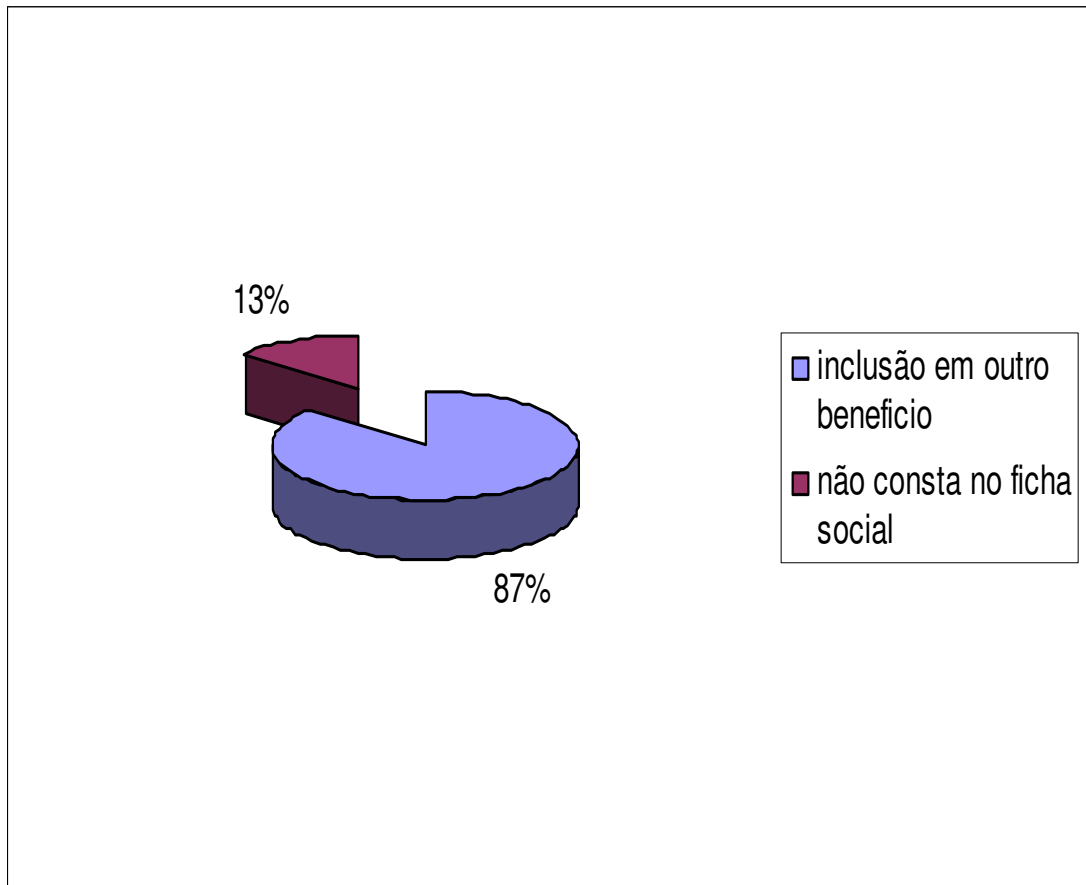
Figura 11 – Situação do domicílio



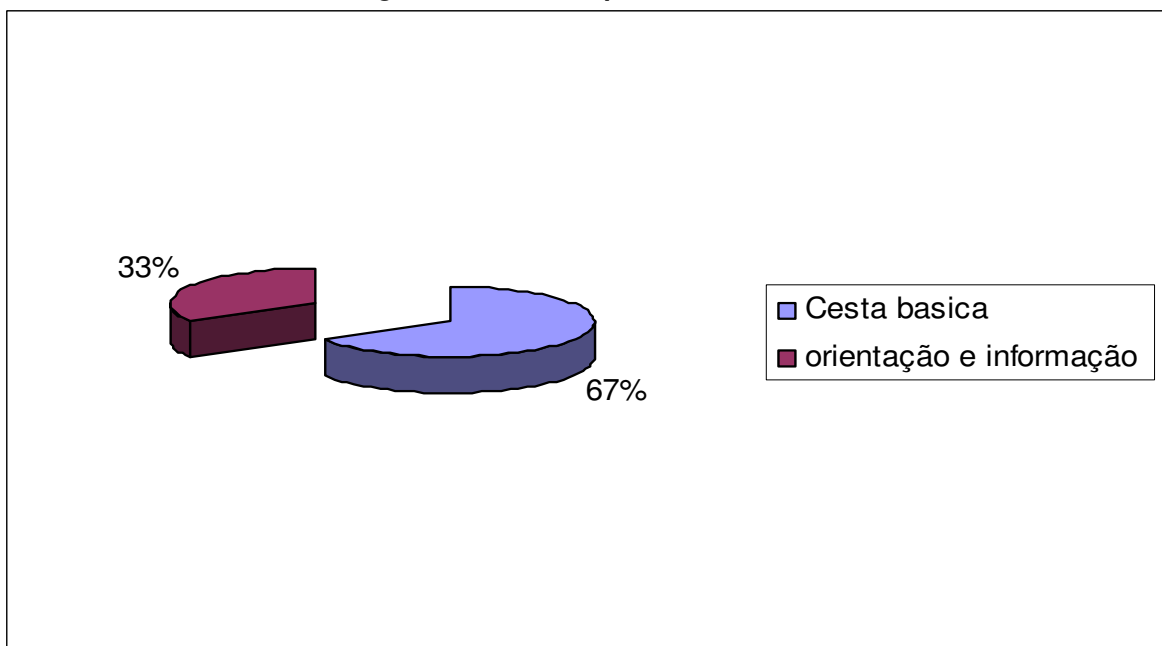
Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Por meio das fichas sociais no campo VII. Relatos das situações apresentadas e providencias, percebemos que é constante o retorno das beneficiárias do Renda Cidadã em busca de inclusão em outros benefícios de transferência de renda, com uma porcentagem de 87% sendo a principal no CRAS/ Parque Paraíso. O benefício da cesta básica representam 67% sendo a segunda maior procura no CRAS, o restante que é de 33% recorre ao CRAS em busca de orientações, informações referente a encaminhamento para clinicas de tratamento para dependente químicos, atestado de pobreza e foto para emissão de documentos, licença ambulante, remissão de IPTU etc.

No gráfico abaixo podemos visualizar:

Figura 12 - Procura por outros benefícios de transferência de renda

Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Figura 13 - Procura por outros benefícios

Fonte: Dados da Ficha social. (segundo semestre de 2008) – elaboração própria

Na nossa pesquisa não foi possível quantificar todos os dados contidos na ficha social do CRAS/Parque Paraíso. Nos campos tempo de residência, tipo de construção, água encanada, energia elétrica, despesa da família, saúde da família, portador de deficiência na família não constavam registros destas informações nos prontuários.

Por este motivo encontramos grande dificuldade em traçar um perfil completo, pois compreendemos que são dados importantes. Para traçar o índice vulnerabilidade ou grau da pobreza, o conjunto de informações do universo do usuário é determinante para apontar o grau de vulnerabilidade que ele está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos percorridos os caminhos para a realização da nossa pesquisa de campo – chegamos ao final do nosso trabalho de conclusão de curso. Para tanto consideramos alguns resultados decorrentes desta pesquisa documental a análise do perfil das mulheres beneficiárias do Programa Renda Cidadã no CRAS/Parque Paraíso no município de Itapeçerica da Serra.

O nosso interesse em realizar esta pesquisa em identificar: quem são essas mulheres atendidas no CRAS/Parque Paraíso do Programa Renda Cidadã? Que estão inseridas em uma região de alta vulnerabilidade social, analisamos o instrumental de trabalho dos profissionais (Ficha de atendimento social). Percebemos que esse instrumental é simplesmente ignorado pela equipe técnica, sendo um procedimento burocrático e institucionalizado.

O Programa Renda Cidadã no CRAS/Parque Paraíso é meramente executado pelos profissionais, nunca houve a preocupação em levantar o perfil das mulheres beneficiárias para propor ações efetivas.

A sistematização é um suporte de trabalho que envolve a dimensão investigativa, ou seja, preocupação profissional e procedimento que os profissionais devem adotar pra realizar os trabalhos com objetivos. Não fazer por fazer.

Apesar do instrumental de trabalho do CRAS/Parque Paraíso (prontuários) faltou registro de informações importantes para traçar o perfil por completo. O instrumental bem preenchido permite levantar dados que vão além da simples seleção para inclusão em benefícios, permite conhecer esta demanda, e propor ações dentro do propósito do programa previsto na sumula para transferência de subsidio financeiro, em contrapartida o município tem promover ações socioeducativa e curso de geração.

Concluimos que para classificar a vulnerabilidade das mulheres beneficiárias atendidas CRAS não basta saber a renda per capita, é primordial levanta outros dados tais como habitação, saúde da família, (entre outros) que não foi possível analisar por não conter nas fichas analisadas.

Destacamos que o não preenchimento total das fichas demonstra a fragilidade da instituição e falta de compromisso dos técnicos com o cadastro social das famílias

Entretanto a Secretaria de Inclusão Social de Itapeçerica da Serra não possui um banco de dados informatizado das famílias atendidas, essa situação acaba se perpetuando e reproduzindo nos CRAS.

O município de Itapeçerica da Serra se caracteriza pela falta de oportunidades de trabalho, a dificuldade de acesso ao centro cultural e econômico que é São Paulo, os altos custos com transporte público e de má qualidade, a escassez de oportunidades culturais e de lazer constituem a própria caracterização do município e torna inacessível o completo desenvolvimento das capacidades humanas do cidadão Itapeçericano.

Isto expõe a cidade de Itapeçerica da Serra em condição de vulnerabilidade social pela falta de planejamento urbano, habitacional e políticas sociais que estão sujeitos boa parte dos brasileiros, sendo que as mulheres em maior desvantagem pela falta de oportunidades.

Ainda que faltando informações conseguimos levantar que 61 mulheres (18 a 29 anos) 54% jovens que estudaram acima de 8 anos e 69 acima de 30 anos 46% estudaram em média 6 anos, e a maioria tem apenas dois filhos por família, os arranjos familiares são muito freqüente,

Para realizar as reuniões socioeducativa e os cursos de geração de renda é importante trabalhar com temas e cursos dentro da realidade delas. Na pesquisa detectamos 14 profissões que elas exerceram, seria importante realizar cursos de qualificação e reuniões socioeducativa que contasse com a participação delas.

Durante o período de permanência no programa constatamos que não há controle, acompanhamento por parte da equipe técnica em relação às visitas referente às condições em que as beneficiárias se encontram. Isso evidencia que muita beneficiária recorrem ao CRAS em busca de outros benefícios caracterizando um rodízio de benefício.

Isso relaciona com a questão da insuficiência da falta de programação do trabalho técnico do trabalho técnico, que estipula critérios para inscrição, mas não conseguem segui-los no cotidiano do CRAS.

E importante após o término do curso e das reuniões fazer uma avaliação dos resultados alcançados, levando em conta a participação das beneficiárias do programa Renda Cidadã.

Compreendemos que os programas sociais acabam sendo seletivos, com ações fragmentadas que não visa à emancipação destas mulheres. Essa situação é reforçada pela própria prática do profissional que não faz uma leitura crítica da realidade.

Por isso é preciso desenvolver conhecimento, dados, metodologia de ação, enfim, um saber sobre os riscos e vulnerabilidade sociais. Esse propósito, para ser atingido, precisa antes de qualquer coisa, estar claro quanto ao risco e vulnerabilidade sociais aos quais são a proteção social tem por responsabilidade cobrir e prevenir.

PREPOSIÇÕES E POSSIBILIDADES

Após termos concluído o trabalho proposto, não poderíamos deixar de refletir sobre a problemática exposta.

Constatamos a importância de realizar a nossa pesquisa sobre o Perfil das beneficiárias do Programa Renda Cidadã no CRAS/ Parque Paraíso no município de Itapeçerica da Serra. Nossas hipóteses foram confirmadas, mas também nos deparamos com surpresas, constatamos que 40 % das beneficiárias do programa estudaram em média sete anos, e tem potencial para o mercado de trabalho, mas o próprio município as coloca em situação de vulnerabilidade social pelo fato de estar localizado em área de proteção de mananciais, com poucos investimentos públicos, transporte público de má qualidade e de alto custo, torna-se um dos fatores que restringe o desenvolvimento e implantação de serviços e benfeitorias que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população que ali reside.

Embora essa realidade se configura em várias cidades, o profissional que atua no CRAS precisa criar um espaço para refletir sobre as próprias ações e buscar conhecer a sua demanda visando compreender os fenômenos que surge no cotidiano, e desta forma, propor ações que contribuam para uma melhor qualidade de vida das participantes.

As reuniões socioeducativas também são um espaço que deve ser explorado pelo Assistente Social em articulação com a equipe técnica, acreditamos que é possível aprimorar os conhecimentos trazidos pelas participantes permitindo a troca de conhecimentos entre elas e assim valorizando-as e estimulando a exercerem a sua própria cidadania.

Compreender a prática requer do Assistente Social um exercício contínuo e um aprimoramento teórico constante sobre as particularidades que envolvem o fazer profissional.

Ainda que esses programas sociais sejam fragmentados, focalizados, ou apenas um repasse de verba para que algumas famílias não morram de fome, não é possível alterar as desigualdades existentes, por outro lado, não podemos apenas

criticar. Os programas de Transferência de Renda acabam funcionando como complemento de renda, e dentro desta perspectiva que o Assistente Social precisa fazer uma leitura crítica da realidade juntamente com a equipe técnica. Buscando não se prender apenas aos critérios de inclusão, construído espaço para participação e exercício da cidadania.

A articulação com outras Secretarias e a rede social é de extrema importância para viabilizar ações mais concretas, para o Assistente Social é praticamente impossível dar de tudo sozinho e as questões sociais exigem cada vez mais a participação da sociedade por meio dos movimentos sociais em defesa de direitos sociais, dentro desta perspectiva o Assistente Social tem um papel muito importante de acordo com os princípios do código de ética profissional

Tem como Princípios Fundamentais

- reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- O posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a gestão democrática;
- E o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional.

Neste sentido, o trabalho do Assistente Social deve voltar-se para elaboração de diagnósticos sociais capazes de produzir uma leitura crítica da realidade e apresentar propostas de intervenções para as transformações desta realidade.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez: 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. 3. Ed. – São Paulo: Cortez: 2006

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na Construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: Letras Livres, UNB, 2006

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 3. ed. rer. e atual. – (Brasília): Conselho Federal de Serviço Social, (1997).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. LOAS (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BRASIL. A Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004 – Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. Novembro de 2004

CARLOTO, Maria Cássia. Política pública, gênero e família. Serviço Social em Revista. V.5, n1 (jul/dez 2002), Londrina: Universidade Estadual. Departamento de Serviço Social. Publicada em forma de correio eletrônico, disponível em<<http://www.ssrevista.uel.br//>>

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA GESTORES SOCIAIS MODULO2: in Sposatti, Adaliza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. P.2 a 31. ed.IEE-PUC/SP.2008

_____.in SILVA, Ademir Alves. As relações Estado-Sociedade e a as formas de regulação social: 1999.p.1 a 11. ed.IEE-PUC/SP. 2008.

DESAFIOS À PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL: da formação acadêmica à prática profissional. Aglair Alencar Setuba, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0710spe.pdf>

DIAS, Fabio Alves dos Santos. Do welfare-state ao neoliberalismo: rupturas e continuidades. In: V Simpósio dos Pós-Graduandos em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2008, São Paulo. V Simpósio dos Pós-Graduandos em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível: www.geocities.com/politicausp/teoriapol/Pensando/Dias.pdf

FLEURY, S. M. T. “A assistência na Previdência Social- Uma Política Marginal”; In Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

GESTORES SOCIAIS, Curso de capacitação de. Cursos de capacitação de gestores sociais. Modulo 2. Instituto de Estudo Especiais, PUC. São Paulo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social/ Antonio Carlos Gil. 5.ed. – São Paulo: Atlas,1999

GOMES. F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. Disponível na Internet: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>
Acesso em 15 de novembro de 2008

IAMAMOTO. M.V. & CARVALHO. R de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:esboço de uma interpretação histórico-metodológica . 19ª. edição. São Paulo: Cortez Editora; Lima- Peru: CELATS, 2006

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Organizador). A Família Brasileira É A Base De Tudo. 7. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF,2005.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Os Direitos do antivalor : a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. “Neoliberalismo à brasileira”, in: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

O MITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ensaio sobre Estado, política e sociedade/ Ana Elizabete Mota (organizadora). 2. ed. – rev. e ampl. – São Paulo: Cortez: 2008

REVISTA VIRTUAL TEXTO & CONTEXTOS. Nª4, dez 2005. Carloto. Cássia Maria. A CHEFIA FAMILIAR FEMININA NAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS EM EXTREMA POBREZA. Disponível:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho/ Heleieth I. B. Saffioti. 6. ed. São Paulo. Moderna, 1987. (Coleção polemica)

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal/ Coordenadoria Especial da mulher. Secretario Municipal de Planejamento urbano. Mulheres em São Paulo: um perfil da cidade. São Paulo. - 2004

_____. Trabalho e cidadania ativa para mulheres: Desafios para Políticas Públicas/ Marli Emilio (org.), Marilane Teixeira. (org.), Miriam Nobre, (org.), Tatau Godinho (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça. 2ª edição – Rio de Janeiro: Campus, 1987

YASBEK, M.C. *As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS*. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004.

_____. Terceiro Setor e a Despolitização da Questão Social Brasileira. Disponível na Internet: <http://www.faed.udesc.br/dape/nuca/especializacao/Arquivos%20Disciplinas/Terceiro%20Setor%20e%20a%20Despolitiza%E7%E3o%20da%20Quest%E3o%20Social%20.doc>. Acesso em 05 de Maio de 2007

_____. Classes subalternas e assistência social. 2.ed. – São Paulo:Cortes, 1996

Programa Bolsa Família. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia> acesso em 15 de setembro de 2008

Anexo

Anexo I

Súmula Programa Renda Cidadã

O programa Renda Cidadã tem como objetivo a transferência direta de renda a família em situação de pobreza e extrema pobreza, propiciando apoio financeiro temporário e ações com enfoque socioeducativo.

O valor do subsídio financeiro é de R\$60.00 mês por família. Na região metropolitana de São Paulo, com exceção da capital, este é variável podendo chegar a R\$95.00 dependendo do número de filhos menores de 15(quinze) anos de idade.

O subsídio financeiro é creditado mensalmente em agências do Banco Nossa Caixa. A família por meio de cartão magnético, pessoal e intransferível.

As famílias selecionadas serão beneficiadas por até 12(doze) meses, prorrogáveis por igual período, mediante avaliação dos técnicos no atendimento.

Critério para Inscrição

A família terá que:

- Ter residência situada em pólo de intervenção social, definida pelo município;
- Residir no município há 2 (dois) anos;
- Apresentar comprovante ou declaração de endereço onde possa ser localizado;
- Apresentar renda per - capita de até R\$100.00(cem reais)
- Possuir chefe de família com idade mínima de 18(dezoito) anos, legalmente comprovada;
- Comprovar matrícula e frequência no ensino fundamental, crianças e adolescente com idade entre 7 (sete) anos e 14(quatorze) anos;
- Apresentar carteira de vacinação atualizada referente as crianças menores de 5 (cinco) anos;

Documentação para Inscrição

- Carteira de identidade;
- Comprovação ou declaração de residência;
- Comprovação ou declaração de renda familiar;
- Comprovação de existência de crianças ou adolescente com até 16 (dezesseis) anos na família
- Comprovação de matrícula e frequência no ensino fundamental, de crianças ou adolescentes entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos;

Critérios para Seleção

- Estar com chefe ou provedor desempregado
- Ser chefiada prioritariamente por mulher;
- Possuir maior número de crianças/adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos na família;
- Ter adolescente cumprido medida socioeducativa;
- Possuir familiar portador de deficiência que o incapacite para o trabalho ou idoso com mais 65 (sessenta e cinco) anos de idade
- Ter familiar egresso do sistema penitenciário ou em reclusão;

Critérios para permanência no Programa

- Participar do programa socioeducativo de atendimento a família;
- Observar e cumprir as determinações constantes dos critérios seletivos;
- Comprovar periodicamente matrícula e frequência das crianças e adolescentes, no ensino fundamental, e manter a carteira de vacinação das crianças com até 5 (cinco) anos devidamente atualizada;

Responsável pelo recebimento do subsídio financeiro

- Prioridade para mulher responsável pela família, com idade mínima de 18 (dezoito) anos

Indicadores sociais para avaliação dos resultados

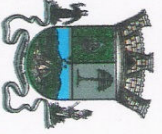
- Retorno das crianças e adolescentes na escola;
- Aumento da permanência na escola e diminuição dos índices de evasão escolar;
- Melhoria nas relações familiares/resgate da alta estima;
- Melhoria na qualidade de vida da família;

Área de abrangência

Todo município do Estado de São Paulo que possuem áreas concentrados de família em situação de pobreza ou extrema pobreza, residente em pólos de intervenção social.

Parceiras

Prefeituras municipais e/ou entidade Sociais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estrado de São Paulo

Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social



III. CONDIÇÃO HABITACIONAL

Tempo de residência no município: _____ ano comprovado declarado

Tempo de residência no imóvel: _____ anos comprovado declarado

Casa Favela Outros Cedida Alugada

Barraco Cortiço Própria Área pública Valor: R\$ _____

Tem documentação do imóvel: Sim Não Quali: _____

Tipo de construção: Alvenaria Madeira Mista Possui banheiro: Sim Não

Existe mais de 01 moradia no local? Sim Não Quantas? _____

Identificar: Nome/Grau de parentesco: _____

Nome/Grau de parentesco: _____

Nome/Grau de parentesco: _____

Água Encanada: Sabesp Poço Outros _____ Energia Elétrica: Sim Não Outros _____

Destino do Lixo: Coletado Terreno baldio Córrego Outros _____

IV. DESPESAS

Água: R\$ _____ Telefone: R\$ _____ Transporte: R\$ _____ Educação: R\$ _____

Luz: R\$ _____ Alimentação: R\$ _____ Saúde: R\$ _____ Outros: R\$ _____

59

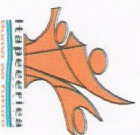


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

Estado de São Paulo

Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social



V. EXISTÊNCIA DE FILHOS ENTRE 07 E 14 ANOS DE IDADE, NO ENSINO FUNDAMENTAL:

Matriculados: () Sim Quantos _____ () Não Quantos _____

Frequêntando: () Sim Quantos _____ () Não Quantos _____

VI. SAÚDE

Tem alguém com problema de saúde na família: () Sim () Não

Quem? _____ Qual doença? _____ Toma Medicamentos? _____

Quem? _____ Qual doença? _____ Toma Medicamentos? _____

Presença de pessoa portadora de deficiência: () Sim () Não

| Nome | Grau de Parentesco | Sexo | Idade | Incapacidade para trabalho | Tipo de deficiência (*) |
|------|--------------------|------|-------|----------------------------|-------------------------|
| | | | | () Sim () Não | |
| | | | | () Sim () Não | |

* 1. Auditiva 2. Mental 3. Visual 4. Física 5. Múltipla 6. Psíquica

Declaro, sob as penas da lei, que as informações são verdadeiras e responsabilizo-me pelo teor da presente declaração

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Declarante _____

